

SINDPOL-AL: A HISTÓRIA DO SINDICATO QUE DERRUBOU UM GOVERNADOR



A HISTÓRIA DO SINDICATO QUE DERRUBOU UM GOVERNADOR

Regina Aurora de Carvalho

O livro **SINDPOL-AL: A HISTÓRIA DO SINDICATO QUE DERRUBOU UM GOVERNADOR** narra a história da fundação do Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol) com depoimentos dos ex-presidentes do Sindpol e do atual presidente Ricardo Nazário, dos dirigentes sindicais e personalidades políticas.

O livro descreve as lutas e as conquistas, mostrando a importância do Sindpol para Alagoas e o Brasil.



**SINDPOL-AL:
A HISTÓRIA DO SINDICATO QUE
DERRUBOU UM GOVERNADOR**

Regina Aurora de Carvalho

SINDPOL-AL: A HISTÓRIA DO SINDICATO QUE DERRUBOU UM GOVERNADOR

Organizadores:

Carlos José da Silva, José Edeílto Gomes dos Santos,
Josiane Soares Calado e Ricardo Nazário da Silva

Texto: Regina Aurora de Carvalho

Revisão: Edna Carvalho da Cunha

Capa: Joana D'arc Soares Calado

Editoração Eletrônica: Josiane Soares Calado

Fotos: Joana D'arc Soares Calado, Josiane Soares Calado e arquivo do SINDPOL-AL



FICHA CATALOGRÁFICA

SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DE ALAGOAS; Aurora Carvalho, Regina.

Sindpol-AL: A história do sindicato que derrubou um governador.

Maceió-AL: Poligraf, 2022.

1 – História. 2 – Sindicato. 3 – Policiais Civis. 4 - Alagoas

ISBN: 978-65-997766-0-1

Maceió-AL, maio de 2022

Impresso por Gráfica Poligraf

SINDPOL-AL

Rua Guedes Gondim, 245 - Centro - Maceió-AL - CEP: 57020-260
www.sindpolalagoas.com.br | 82 3221 7608 | ☎ 82 9 8193 3838

📘 @sindpolal 📷 sindpol_al 🐦 SindpolAL 📺 Sindpol Alagoas

Diretoria Executiva do SINDPOL

GESTÃO: UNIDADE POLICIAL

2020 - 2024

Diretoria Executiva

RICARDO NAZÁRIO DA SILVA

Presidente

JÂNIO VIEIRA BARBOSA

1º Vice-Presidente

SELMA MARIA LEOPOLDO DOS SANTOS SILVA

2ª Vice-Presidente

BARTOLOMEU RODRIGUES DOS SANTOS

1º Secretário

PRISCILLA KELLY DE ALBUQUERQUE BRAZ

2ª Secretária

BÁRBARA EMANUELLE DE MELO NUNES

3ª Secretária

JOSÉ VONIE ARAÚJO DO NASCIMENTO

4º Secretário

CARLOS JOSÉ DA SILVA

Diretor Financeiro

CHARLES ALCÂNTARA DE MEDEIROS

Vice-Diretor Financeiro

JOSÉ EDEILTO GOMES DOS SANTOS

Diretor de Imprensa e Comunicação

ELSE FREIRE DE CASTRO AMORIM

Vice-Diretora de Imprensa e Comunicação

FERNANDO AMORIM COSTA

Diretor de Esporte e Cultura

JOSÉ EDVALDO VIEIRA DA SILVA

Vice-Diretor de Esporte e Cultura

ADRIANO DA SILVA GAMA

Diretor Administrativo

FERNANDO JOSÉ PALMEIRA OLIVEIRA

Vice-Diretor Administrativo

SILVIA LÚCIA DA SILVA ALMEIDA

Diretora de Planejamento

ALEXANDRE HENRIQUE PEREIRA LAGOS

Vice-Diretor de Planejamento

MARCIAL FERNANDO BERTOLDO DE VIVEIROS FORTES

Diretor Social

EDMILSON MORORÓ TORRES

Vice-Diretor Social

FAGNER CALHEIROS ÂNGELO

Diretor Jurídico

SHANE FERREIRA DE ALMEIDA

Vice-Diretor Jurídico

Delegados Sindicais

CARLOS JORGE DA ROCHA

1º Delegado Sindical

PETRÚCIO CARLOS DA SILVA

2º Delegado Sindical

JOSÉ ANIVALDO LOURENÇO DA COSTA

3º Delegado Sindical

IRAN FURTADO DE ARRUDA

4º Delegado Sindical

Conselho Fiscal

JOSÉ CARLOS BISPO DA SILVA

1º Conselheiro Fiscal

JESUALDO DOS SANTOS OLIVEIRA

2º Conselheiro Fiscal

SIDNEY MOREIRA RIBEIRO

3º Conselheiro Fiscal

AVELAR DE ARAÚJO SALVADOR

4º Conselheiro Fiscal

CLÁUDIO AMÉRICO OLIVEIRA

5º Conselheiro Fiscal

Conselho de Ética

ETÉLIO CHARLES MALTA DE PONTES

1º Conselheiro de Ética

ADJEFERSON PESSOA ALVES

2º Conselheiro de Ética

JÚLIO GOMES DE LIMA

3º Conselheiro de Ética

JORGE FERNANDO DE ARAÚJO

4º Conselheiro de Ética

VANDERI FERREIRA DE LIMA

5º Conselheiro de Ética

AGRADECIMENTO

A direção do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas (Sindpol) agradece a todos(as) os(as) policiais civis, aos(às) policiais civis aposentados(as), aos(às) pensionistas e familiares de policiais civis que já faleceram, pela luta constante em defesa da categoria e por melhoria salarial e de condições de trabalho.

Ricardo Nazário da Silva
Presidente do Sindpol-AL

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I	09
A Unidade Policial	09
Policiais viviam situação precária	10
PCCS, o divisor de águas	11
Protestos, ocupações e fim de desfile	11
Governador, quanto vale a sua vida?	14
CAPÍTULO II	22
Tempos tensos em Alagoas	22
Rompimento para lutar	23
Grupo se consolidou há mais de 20 anos	26
Descaso que levou à morte de Amélia Dantas	29
Vitória da chapa elevou Sindpol	32
A luta continua	34
CAPÍTULO III	39
Surge um novo presidente	39
As conquistas da Unidade Policial	42
CAPÍTULO IV	73
A história dentro da história	73
Não se falava em greve	74
O Início	75
Guarda Civil tinha poder	75
Mudança mirava criar a Polícia Civil	76
Coronel prendeu delegado	77

CAPÍTULO V	82
Crise em Alagoas uniu as polícias	82
Sindicato cumpriu papel importante	82
Escândalos acirravam ânimos	83
Movimento fortalecido	84
Enfrentamento político	84
Policiais foram ponto de resistência	85
Livro detalha queda de Suruagy	86
CAPÍTULO VI	89
Sindpol inspira entidades	89
Sindicato forte e organizado	90
Sindpol, um dos mais combativos	91
Sindicato se uniu a trabalhadores	92
Espírito de solidariedade	92
Sindicatos no atual cenário	93
Policiais no Brasil lutam pelos mesmos ideais	94
Unificar a luta e fortalecer sindicatos	95
Sindpol enfrentou crises políticas	96

INTRODUÇÃO

Contar e recuperar histórias, além do que é reproduzido nos meios de comunicação, faz valer cada palavra escrita e cada parágrafo concluído. O surgimento de um sindicato envolve personagens que acreditaram - nem que fosse por um momento - no poder da mudança, da luta, de chegar aonde ninguém conseguiu.

O livro que conta um pouco o início e a evolução do Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol/AL) revela que os 32 anos da entidade foram construídos por quem já sabia que era preciso insistir mesmo diante das adversidades; por quem esteve na praça enfrentando o Exército para exigir que poderosos, que levaram o Estado ao caos, deixassem o poder; por quem se acorrentou aos portões do palácio e enfrentou a perseguição para garantir direitos.

E para narrar uma história como essa não há a leveza de um conto de fadas. A luta envolve confronto, discussão, revolta e paciência. É receber ordem de coronel que queria mandar em Alagoas, na década de 1960, e ter de mudar a sede da entidade de endereço, mas não desistir mesmo no tempo em que não se podia falar muito. É juntar-se a uma massa de alagoanos sem salário, endividados e desesperados para tirar do poder um governador, mesmo percebendo que qualquer um ali poderia tombar no enfrentamento.

O Sindpol continuou crescendo para o desgosto de quem deu a entidade o título de sindicato mais radical de Alagoas, por acreditar que o termo liquidaria uma história.

Nos seis capítulos que seguem, ex-presidentes do Sindpol, sindicalistas, integrantes da Segurança Pública e outros entrevistados falam sobre passado e presente nas páginas que contam detalhes sobre mais de três décadas do sindicato.



Assembleia geral em frente à antiga sede do Sindpol em 1998



A UNIDADE POLICIAL

As duas primeiras gestões que comandaram o Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas (Sindpol/AL), entre 1990 e 1996, não agradavam parte dos seus integrantes. Eram tempos difíceis e a categoria sofria sem motivação, sem condições de trabalho e com os salários defasados. Então, um pequeno grupo que atuava na entidade àquela época acreditava ser necessário sair do marasmo. Era urgente mudar aquela realidade que indignava os trabalhadores que praticamente viviam à míngua.

Após um ano da antiga gestão, houve um racha dentro do sindicato e ao menos quatro policiais civis - novos na Polícia Civil de Alagoas (PC/AL) - decidiram romper com os que comandavam o Sindpol à época. As reuniões aconteciam de forma improvisada na casa de sindicalistas que tinham uma visão mais progressista. Nascia ali uma oposição: a Chapa Unidade Policial, com a missão de construir uma entidade combativa. Naquela década, a PC/AL era dissemelhante do que é atualmente quando se fala em condições de trabalho e salários, principalmente.

O grupo de oposição venceu as eleições em 1996 e tinha urgência. As reuniões e as assembleias da categoria aconteciam na sede do sindicato dos policiais, em uma casa no Centro de Maceió, um empréstimo do governador ainda do período da década de 1970. As delegacias eram o retrato do desrespeito, muitas não tinham sequer banheiros, os policiais poderiam ser punidos apenas por uma decisão dos delegados, já que não havia amparo à categoria, que era desvalorizada, execrada e recebia salário de R\$ 400.

O boletim informativo do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas (Sindpol/AL), publicado em outubro de 1996, dava o tom da gestão que tinha acabado de tomar posse, a Unidade Policial: "durante anos o aparato policial, incluindo as instituições militares, PF e Civil foram sempre usadas para reprimir os trabalhadores quando em luta por seus direitos". Era um desabafo para mostrar que o grupo pretendia ir além do convencional. Era preciso abraçar a sociedade e tê-la como parceira e, assim, o sonho se transformou em resultados que levaram dignidade a esse segmento da PC.

POLICIAIS VIVIAM SITUAÇÃO PRECÁRIA

Em setembro de 1996, a Unidade Policial assumiu o destino do Sindpol e, em pouco tempo, já encarava uma greve de quatorze dias no Estado, que massacrava os trabalhadores da Polícia Civil. "Foram 14 dias de luta, com ameaças de todos os lados. Mas, fechamos o IML, o Instituto de Identificação e o posto de combustível da PC. A adesão foi total, mostrando a força dos policiais civis e trabalhadores da Segurança Pública", resumia o boletim do Sindpol. A paralisação daquele ano era por melhores salários, mas não houve avanço como o sindicato esperava.

A situação era grave e não apenas para os policiais civis, mas para todos os servidores públicos estaduais de Alagoas que acumulavam sete meses de salários atrasados e mais um décimo-terceiro. Em certo momento, os policiais civis e militares chegaram a pedir comida nos restaurantes e em desses estabelecimentos, um dos maiores da época em Maceió, quase faliu por oferecer as refeições aos integrantes da Segurança Pública.

Salários baixos e ainda atrasados levaram os policiais civis a se desfazerem do pouco que tinham - de bens materiais - para sobreviver. O primeiro grande desafio da Unidade Policial foi reaver os passivos, no mesmo período em que começou uma aproximação com os movimentos sociais, projetando o Sindpol enquanto entidade sindical combativa e peça importante no 17 de julho de 1997.

Às vésperas do Carnaval de 1997, policiais civis se alçaram ao Palácio do Governo, num ato silencioso por melhoria salarial, tendo grande repercussão na imprensa. Nessa época, o piso salarial de um policial civil era menos de R\$ 450.

Em setembro de 1998, quando a Unidade Policial completou um ano de gestão, os policiais civis já tinham encarado cinco greves, sindicâncias e inquéritos policiais pela participação nas mobilizações. Nesse mesmo ano, passado o período mais crítico da história política em Alagoas, devido à queda do governo Suruagy, os policiais civis ainda sofriam com a desvalorização. Uma nova greve agravou ainda mais a perseguição aos integrantes do sindicato por parte da Secretaria de Segurança Pública, mas mesmo assim eles não recuaram na proposta de reajuste salarial.

Graças às mobilizações, os policiais civis conseguiram a correção salarial. Ainda em 1998, a Unidade Policial entregou à Secretaria de Segurança Pública o projeto de reestruturação da Polícia Civil, com a extinção de cargos e equiparação dos salários de todos os policiais civis. Em 1999, houve o incremento de 14,6% sobre os vencimentos. No mesmo ano, a Unidade Policial se reelegeu, com mais de 70% dos votos.

E foram vitórias sucessivas e até hoje a Unidade Policial segue com a mesma essência.

PCCS, O DIVISOR DE ÁGUAS

As ações precisavam acontecer e, na frente do Palácio do Governo, os policiais civis atearam fogo. Foi nessa época que a categoria conseguiu o reajuste de mais de 37% - dividido em 18 vezes - durante o governo Teotônio Vilela Filho. Antes disso, a Unidade Policial alcançou importantes incrementos salariais com a implantação do Plano de Carreira, em 2001, no governo Ronaldo Lessa, que permitiu ao trabalhador continuar na polícia. Esse período mudou a vida desses servidores públicos em termos salariais. Nascia a dignidade.

Foram sete meses de greve no governo Téo Vilela, que garantiram a implantação do reajuste de 36,7%, o pagamento de adicional noturno e a implantação de progressão.

A longa espera e luta ano após ano, durante a gestão Unidade Policial, culminou em 2014, com a Lei n.º 7.602 que permitiu a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios (PCCS) que deu estabilidade e perspectiva de crescimento profissional e salarial dentro da Polícia Civil.

A luta pelo PCCS começou em 2001 e somente em 2014 - após 13 anos - o sonho virou realidade. Foram greves, atos públicos, manifestações, perseguições, ameaças e uma Operação Padrão que durou mais de 50 dias.

Antes, a carreira somente permitia que o policial evoluísse até determinado patamar. Isso desencorajava muitos profissionais a seguir na profissão, mas hoje há a garantia de progressão com aumento de 15% cumulativos a cada cinco anos e ascensão de acordo com os cursos de qualificação e pós-graduação.

PROTESTOS, OCUPAÇÕES E FIM DE DESFILE

Nesse período se acirrava a crise envolvendo os falsos policiais que se proliferavam nos órgãos da Segurança Pública, especialmente, nas delegacias que exigem profissionais qualificados para as funções. A crise se tornou pauta nos meios de comunicação de Alagoas e os "chumbetas" acabaram sendo afastados. Nesse mesmo ano - em 1999 - foram três greves, que culminaram com o fechamento do Instituto Médico legal (IML) de Maceió e piquetes na Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Anos atrás a gestão do IML era de responsabilidade da Polícia Civil e não da Perícia Oficial como atualmente. Foi justamente nesse período que ocorreu o fechamento do órgão durante as mobilizações da categoria. A medida radical veio para denunciar o descaso nas delegacias, os

salários indignos e a falta de apoio à saúde do policial. Não tinha como ser um sindicato suave com uma categoria que estava mergulhada no caos.

Nesse período já se discutia um novo Plano de Cargos, que ficou parado por anos, mas no último governo Téo Vilela finalmente saiu do papel. Com mais essa conquista, os policiais desocuparam o Porto de Maceió, após a palavra do governador.

Durante o governo Teotônio Vilela Filho - em setembro de 2013 - um protesto de policiais civis durante o desfile de Sete de Setembro acabou encerrando o evento antes do previsto. Fruto dessa mobilização e de outras - os policiais conseguiram o incremento salarial de 36% parcelado. Servidores da área da Saúde junto aos sindicalistas da PC marcaram participação. A ideia era desfilar para o governador ver; ele viu e o desfile foi encerrado. A medida culminou com a abertura de inquérito policial contra os integrantes do Sindpol.

Manifestantes - entre eles, policiais civis com faixas e cartazes - ocuparam a avenida de Jaraguá. Militares chegaram a ser acionados e fizeram barreira para evitar que a mobilização chegasse ao palanque onde estavam as autoridades. Segundo reportagens da época, o governador de Alagoas Teotônio Vilela Filho foi orientado a sair às pressas e logo após a sua saída foi anunciado o fim do evento.

Durante a gestão da Unidade Policial foram três ocupações da Secretaria da Fazenda, planejada juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que culminaram em resultados positivos para a categoria em dois governos. Por três vezes, o Porto de Maceió foi fechado. A primeira vez estava em pauta a alimentação dos policiais civis nos plantões - pois eles contavam com o favor de comerciantes para comer, tinham alimentação paga pelas prefeituras ou pagavam do próprio bolso. A situação incomodava e desmoralizava os policiais. Então, nessa época, a verba alimentação ficou garantida, assim como a nomeação de 400 policiais novatos que passaram em concurso público.

Em abril de 2016, policiais civis voltaram a ocupar a entrada do Porto de Maceió. A categoria tinha paralisado as atividades, já que as negociações com o governo não avançavam. A mobilização cobrava reajuste salarial e melhores condições de trabalho.

Por várias vezes - durante a gestão da Unidade Policial - a Polícia Civil alagoana esteve no Congresso Nacional, em Brasília, junto com a Cobrapol e participou ativamente das discussões quando estava em jogo o futuro dos servidores públicos, como a PEC 300 que prevê um piso geral para as polícias e os bombeiros. O Sindpol também marcou presença em mobilizações e em uma delas houve confronto com a Polícia Militar também no Distrito Federal.



Ricardo Nazário questiona o então governador Renan Filho quanto vale a vida dele e pergunta se é justo o salário pago aos policiais civis para arriscarem suas vidas

GOVERNADOR, QUANTO VALE A SUA VIDA?

Em maio de 2016, durante uma das últimas greves da Polícia Civil, já no governo Renan Filho, o então diretor do Sindicato e atual presidente Ricardo Nazário estava de plantão na delegacia de Porto de Pedras. Ao saber que o governador iria à cidade para inaugurar uma obra, resolveu ir sozinho ao local do evento.

Vestiu a camisa do Sindpol, pegou uma faixa de greve e saiu. Havia autoridades e seguranças, mas Nazário conseguiu se aproximar do governador no palanque, que combinou de conversar. A pergunta do sindicalista a Renan Filho saiu em tom de desabafo e de revolta: "Governador, quanto é que vale a sua vida?". E ouviu de Renan Filho a resposta: a vida do ser humano não tem preço. Nazário então completou que a vida dele estava valendo o piso salarial de R\$ 3.062,00. "É o que Estado paga para eu dar a minha vida para salvar a do senhor, a do secretário, a dos seus filhos e de todas as vidas dos alagoanos. Isso é justo governador?".

Se a missão é apoiar a luta de alagoanos, em abril de 2019, o Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol) se aliou aos moradores do bairro Pinheiro, em Maceió. Os imóveis apresentavam rachaduras e ameaçavam desabar por causa das atividades da mineradora Braskem na região, segundo investigação do Serviço Geológico do Brasil.

Já em dezembro de 2019, a falta de diálogo com o governo do Estado levou os policiais civis a realizarem uma grande mobilização que culminou com a ocupação da Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Segesp), no centro de Maceió.

O ano tinha sido difícil para a categoria, que tentou discutir com o Executivo o reajuste do piso salarial, a compensação financeira com o aumento da carga horária de 30 para 40 horas, a verba de vestimenta, a periculosidade, a unificação de carreiras pela base com a nomenclatura Oficial Policial Civil (OPC), o Serviço Voluntário Policial (SVP) e a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios da Parte Permanente.

Sem resposta do governo, cerca de 200 agentes e escrivães decidiram ocupar o prédio da Seplag. A mobilização pacífica ficou o dia todo no órgão e marcou o descontentamento dos servidores públicos estaduais também em relação à reforma da Previdência do Governo do Estado. Com o protesto, o Sindpol conseguiu definir um calendário de negociação com o governo. Após a mobilização, paralisações e atos públicos, o então governador Renan Filho concedeu reajuste geral de 4,52% em 2021 e aumento salarial de 15% em abril de 2022, entre outras conquistas.



Acampamento da greve no governo Ronaldo Lessa em 1999



Deflagração de greve no governo Téo Vilela

Ato "Nunca se Matou Tanto" com
cruzes no Memorial Teotônio Vilela



Protesto em frente ao Palácio do Governo





Caravana a Brasília pelo piso nacional

Policiais civis ocupam Congresso Nacional na luta pelo piso nacional em 2010



Mobilização pela equiparação salarial em 2007



Assembleia e protesto unificado dos policiais civis e policiais militares por melhoria salarial em 2011





Em greve no governo Téo Vilela,
policiais civis ocupam o porto.
Categoria realiza ato em frente
ao Palácio do Governo





Assembleia geral e ato público em frente ao Palácio do Governo pela proposta salarial





Greve dos policiais civis em 1998



Greve com ato na antiga Secretaria de Segurança Pública em 1999

TEMPOS TENSOS EM ALAGOAS

Ainda era o governo de Divaldo Suruagy e do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando em 1996, José Carlos Fernandes - o ZÉ CARLOS - assumiu o Sindpol, ficando por duas gestões à frente da entidade. Antes de entrar para a Polícia Civil, já havia passado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) durante o governo Collor, iniciando nesse período a atividade sindical ainda na década de 1980.

"Quando a gente assumiu, Alagoas já estava em crise. Então a gente partiu para as mobilizações, organização de reuniões e encontro dentro dos quartéis da Polícia Militar. Na verdade, como a gente chegou ao Sindpol com toda uma experiência de luta, passou a usar essas técnicas no sentido de organizar reuniões e encontros, tanto no sindicato dos policiais civis, quanto nas associações militares", afirma o sindicalista.

Quando entrou no Sindpol, Zé Carlos escancarou junto a outros diretores daquele momento, para Alagoas e para o Brasil, as condições precárias de trabalho a que eram submetidos os servidores da Segurança Pública. Ele foi o terceiro a assumir o sindicato após a transição de associação para o Sindpol, ficando por duas gestões. "Naquela época, em 1996, o Estado já estava em profunda crise econômica devido aos reflexos do acordo feito com o setor sucroalcooleiro, com isenção de impostos. O Estado passou de credor para devedor", lembra Zé Carlos, que atuou como escrivão por 27 anos e já está aposentado.

Como um dos mais experientes no Sindpol, José Carlos diz que o sindicato abraça os mais antigos, que manteve essa característica, mas cede espaço aos novos, que estão chegando à PC. "O desafio maior é fazer com que o policial civil lembre que ele também é trabalhador e que os direitos dele também estão sendo suprimidos. É preciso ter essa consciência e manter a luta. O policial coloca na cabeça que ele não é um trabalhador comum e que pode tudo. Que tem a força, mas na verdade ele é um trabalhador comum e está suscetível a ter problemas de saúde, como depressão, pressão alta e problemas cardiológicos. Ele adocece e morre igual a todo mundo. O sistema insiste em colocar na cabeça dele que ele é diferenciado, mas na verdade ele é um trabalhador como outro qualquer. Esse é o maior desafio da gente, fazer o policial entender

isso", explica.

O ano mais importante na luta do Sindpol foi 1997, quando a entidade se uniu aos trabalhadores e derrubou um governador. "Derrubar um governador não é coisa fácil, é raro, é quase impossível. Um governador concentra muita força e Suruagy era um ícone político. Trabalhamos uma organização a ponto de enfrentar as tropas do Exército e houve um confronto mesmo", lembra Zé Carlos.

ROMPIMENTO PARA LUTAR

STÉLIO PIMENTEL JÚNIOR, com mais de três décadas dedicadas à Polícia Civil e ao movimento sindical, recorda os primeiros passos que culminaram com a criação da Chapa Unidade Policial. "Houve duas gestões anteriores à Unidade Policial. Na segunda gestão desse grupo, participei juntamente com os companheiros José Carlos Minin, Claudio Humberto e Levy Fabiano; éramos novos na polícia e queríamos fazer alguma coisa pela categoria. Com um ano de gestão, rompemos com eles, não deu mais. A primeira gestão começou em 1990 e foi até 1993, e a segunda foi de 1993 a 1996".

À época, os policiais sofriam com os baixos salários e com as precárias condições de trabalho. Faltava dignidade. "A categoria era muito diferente do que é hoje. O rompimento com o grupo foi por uma questão de luta. A gente queria empurrar a categoria e houve uma tentativa de greve, onde o grupo se despedaçou. Nós rompemos com o grupo numa mesma mesa, numa das reuniões da diretoria, saímos eu e o Minin. Então a gente rompeu. Depois vieram o Claudio Humberto e o Levy. Todo mundo saiu, no caso, os novos policiais. Achei que não iria mais me envolver com sindicato porque era uma coisa muito complicada. Zé Carlos foi um líder e imaginou o nome Unidade Policial. Carlos Jorge também estava conosco reunindo as peças e cedeu sua casa para as primeiras reuniões. Então, montamos um grupo de oposição", lembra Stélio, que hoje se encontra aposentado.

O grupo venceu as eleições de 1996 e construiu uma história que orgulha quem passou ou chegou há pouco tempo no sindicato. "A gente fez tudo isso como se fosse um sonho. Eu vivi o que eu imagino de paraíso, porque com todas essas lutas podem até pensar que foi um inferno. Dormir no chão da praça, levar spray de pimenta na cara, ser processado, tudo isso aconteceu. Mas foi um sonho porque a gente fez isso apoiado e se apoiando nas melhores forças que poderiam surgir aqui no Estado de Alagoas", explica o escrivão de polícia.



Grevistas fazem fechamento do IML em 1999



Ato "Natal da Fome" contra o não pagamento do décimo terceiro em 1999



Protesto dos policiais civis no governo Lessa durante a troca de guardas



Ato público contra a ilegalidade da greve dos policiais civis em 2004



Ato no Sete de Setembro no governo Téo Vilela em 2007

Greve dos policiais civis com ato na Avenida Moreira e Silva em 2002



Sindpol faz esclarecimento aos novos policiais civis - Turma de 2002



Ato contra a prisão de dirigentes do Sindpol é realizado no antigo CIAPC 1 em 2004



GRUPO SE CONSOLIDOU HÁ MAIS DE 20 ANOS

Já era o governo de Ronaldo Lessa, que assumiu em 1999 e o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso quando, após a gestão de Zé Carlos, chegou à presidência do Sindpol CARLOS JORGE DA ROCHA. Então com três mandatos, a Unidade Policial se consolidou como movimento sindical por suas lutas e conquistas.

"Eu e Zé Carlos entramos juntos. Ele presidente e eu vice. A gente preparou o grupo por dois anos, chamamos os outros e fomos disputar a eleição. Ganhamos por 83 votos na época. Não tinha antes um sindicato de polícia apoiando professores. Lembro que teve uma assembleia dos professores e quando entramos, fomos vaiados. Foi o primeiro contato que a gente teve. Depois começamos a dizer que a gente estava do lado do povo. O sindicato apoiou todos os movimentos sindicais. O Sindpol é abrangente, apoia todos os setores. Se for trabalhador, o sindicato apoia. Essa é uma linha da Unidade Policial", lembra.

Carlos Jorge é o integrante do Sindpol que teve mais mandatos e acompanhou como protagonista todo o movimento sindical. "Nós não aceitamos diminuição salarial nem diminuição dos direitos dos trabalhadores. A nossa categoria teve conquistas imensas que foram estendidas também aos delegados de polícia. Antigamente, a gente era chamado como radical, como o sindicato mais radical do Estado de Alagoas. Mas nós precisamos ser radicais para o governo respeitar a gente. Teve época de tocar fogo e ocupar o palácio (do governo). De invadir a Secretaria da Fazenda, de ocupar a Assembleia Legislativa. Recebi vários processos nas costas por causa disso", recorda.

"Não conheço no Brasil uma categoria que teve mais conquistas do que o Sindpol. A luta sindical, a luta dos trabalhadores nunca para. O povo tem que se aliar aos sindicatos, patrão é patrão em qualquer situação. Às vezes, a gente quer sair (do movimento sindical), mas não pode, porque está no sangue. Se eu não for para o sindicato amanhã, termina meu salário. A luta é constante, até você ter condições de estar lutando. Oxigenar o sindicato é preciso e hoje a nossa turma é boa. Trabalha muito, com uma diretoria coesa, que divide tarefas. É um sindicato dinâmico", avalia Carlos Jorge.

Em 2002, ainda na gestão de Carlos Jorge, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República. No governo de Alagoas, ainda estava Ronaldo Lessa, que renunciou no terceiro ano do segundo mandato para concorrer ao Senado Federal. Em março de 2006, seu vice, Luís Abílio de Sousa Neto, assumiu o governo. Teotônio Vilela Filho venceu as eleições em 2007. Nesse governo, os policiais civis fizeram uma greve que durou sete meses.



Protesto em frente à Delegacia Geral pela equiparação salarial em 2007



Policiais protestam no governo Téo Vilela em 2008



Deflagração de greve dos policiais civis em 2007



Greve e protesto no governo Téo Vilela pelo cumprimento da pauta de reivindicações





Sindicalista Amélia Dantas participando de passeata durante a deflagração de greve em 2011



CUT, Sindpol e sindicatos homenageiam Amélia Dantas com placa na Delegacia das Mulheres no Dia Internacional das Mulheres

DESCASO QUE LEVOU À MORTE DE AMÉLIA DANTAS

A dirigente do Sindpol Amélia Dantas foi vítima fatal da irresponsabilidade e do descaso do Governo do Estado. A morte da companheira representou a maior tragédia na Polícia Civil.

Dinamites, apreendidas de assaltantes de bancos, foram armazenadas ilegalmente na Divisão Especial de Investigação e Capturas (Deic). Os artefatos explodiram matando a sindicalista Amélia Dantas e ferindo outros policiais civis na trágica noite do dia 20 de dezembro de 2012.

A morte da sindicalista é um alerta a todos os policiais civis e servidores públicos sobre os riscos em trabalhar sob precárias condições de trabalho.

Amélia Dantas sempre marcou presença nas atividades de luta e por direitos dos policiais civis. A morte da sindicalista foi sentida pela população alagoana.

Em greve, policiais civis saem em passeata no ano de 2016



Greve dos policiais civis e ocupação do Porto de Maceió em 2016





Marcha a Brasília pela aprovação da PEC 300 em 2013



VITÓRIA DA CHAPA ELEVOU SINDPOL

Carlos Jorge deixa a presidência do Sindpol e JOSIMAR MELO, que fez parte da diretoria do Sindicato, desde 1996, assume pela chapa Unidade Policial. Era o ano de 2011 e ficou como presidente da entidade por seis anos, em dois mandatos, antecedendo Ricardo Nazário, atual líder da entidade. "Quando o Zé Carlos teve a vitória, que foi a Unidade Policial, então começou a mudança. Ali o Sindpol passou a ser visto pela sociedade e pelos movimentos sociais como um divisor de águas. A partir dali o governo Suruagy atrasou os salários e grande parte da diretoria se aproximou de movimentos sociais. Quando a gente assumiu, implementou uma polícia cidadã", recorda Josimar Melo.

O sindicalista lembra que a entidade defende não somente melhoria salarial, mas exalta a importância dos direitos humanos, aproximando-se dos movimentos sociais, como os trabalhadores rurais, estudantes e demais servidores públicos. O Sindpol passou a ser um sindicato que defendia para além da sua categoria, não somente os policiais.

"Com a saída de Suruagy, teve intervenção do governo federal, pagaram em dia a partir dali e os atrasados foram divididos. Em seguida, com o afastamento de Suruagy, Manoel Gomes de Barros, o Mano, assumiu. Quando houve eleição, Ronaldo Lessa foi eleito governador de Alagoas. Fomos à luta para acabar com os chumbetas e pela retirada dos presos das delegacias. O Sindpol sempre teve independência política e financeira para administrar o sindicato. Então, independente do partido que tivesse no governo, o Sindpol teria essa liberdade e disposição de luta. Hoje nós somos referência em nível nacional como um dos mais combativos sindicatos de policiais do Brasil", conta Josimar Melo.

A presidência da República já estava nas mãos de Dilma Rousseff, que venceu as eleições em 2010, como sucessora de Lula. Enquanto isso, Teotônio Vilela Filho ficava no cargo até 2015, cumprindo dois mandatos, período em que a categoria obterá o reajuste salarial de 36,7%. Nos anos que se seguiram, os policiais civis de Alagoas assistiram à melhoria do piso, a implantação do nível superior para ingresso nas carreiras da Polícia Civil e a aposentadoria especial.

"Na minha gestão foram várias greves. Lutamos por reajustes, plano de cargos e carreiras, adicional noturno, vale-alimentação e melhoria das condições de trabalho. Antes a nossa categoria recebia uma miséria, hoje aqui no Estado somos servidores que temos salários até melhores que outras categorias. Naquela época não alugavam casa para policial civil porque sabiam que ele não teria condições de pagar", lembra o ex-presidente Josimar Melo.



Eleição e posse da gestão Unidade Policial em 2017



Posse da nova gestão Unidade Policial em 2020

ALUTA CONTINUA

Em setembro de 2017, toma posse a nova diretoria do Sindpol, sob o comando de RICARDO NAZÁRIO que prega a união como ponto importante para seguir os caminhos de consolidação e ampliação dos interesses dos policiais civis de Alagoas.

Ricardo Nazário é parte da Unidade Policial e em sua posse reconheceu a importância de cada integrante. Nesse momento, Renan Filho já estava à frente do governo de Alagoas e na presidência da República tinha assumido Michel Temer, após afastamento de Dilma Rousseff do poder.

A vitória - mais uma - da Chapa Unidade Policial significava renovar os ideais de uma categoria com agenda de resistência iniciada ainda na década de 1990. Tinha que continuar, mais forte e coesa, quando está sinalizado o desmonte do serviço público, do sindicalismo, das conquistas trabalhistas e dos direitos sociais. "Todos os integrantes são importantes nesse processo. Meu papel aqui é fazer a defesa do policial e da família dele e não me preocupar com a questão político-partidária", resume Ricardo Nazário.



Ocupação na Seplag para cobrar reunião com secretário em 2017



Assembleia e paralisação unificada com os profissionais de Segurança Pública contra a reforma da Previdência



Ato em conjunto com os sindicatos contra a reforma da Previdência do governo Temer

Ato na Corregedoria contra a perseguição ao presidente do Sindpol, Ricardo Nazário



Sindpol realiza ato cobrando o IPCA ao governador



Atos na Alagoas Previdência
pelo reajuste salarial em 2018



Policiais aposentados cobram
reajuste salarial





Sindpol na luta pelo reajuste salarial em 2017



Ato em frente à Braskem solicita a antecipação de pagamento de indenizações dos moradores afetados pela mineração

SURGE UM NOVO PRESIDENTE

RICARDO NAZÁRIO, atual presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol) lembra que alimentava o sonho de ser servidor público e então decidiu fazer concurso para agente da Polícia Civil em 2002. Convivia com o pai que atuava como sindicalista dos Correios e cresceu vendo aquela rotina, até mesmo quando Biu Nazário e alguns diretores chegaram a ser presos durante uma mobilização de greve.

Cresceu numa família sem policiais, liderada por um sindicalista e por isso encarou um pouco de resistência dentro de casa, quando a imagem de quem trabalhava na segurança pública ainda era sinônimo de envolvimento com truculência e desvalorização profissional, situação bem diferente de hoje com as conquistas do sindicato.

"Aprendi muito com meu pai (Biu Nazário) sobre o sindicalismo, mas ele era contra eu fazer concurso para a Polícia Civil por causa daquela visão de polícia repressiva. Até então não tinha ninguém na minha família na polícia. Vi meu pai defendendo o Lula, que era a esperança do trabalhador e cresci vendo o movimento sindical e a militância política. Mas comecei a enxergar e a filtrar o que era realmente importante para a categoria, independente de partido político. A experiência me mostrou que pode ter perseguição e massacre ao trabalhador independente de quem esteja no poder", relata Ricardo Nazário.

Uma disputa interna dentro da diretoria antiga do Sindpol - ainda ligada a correntes políticas - alavancou a candidatura de Ricardo Nazário à presidência do sindicato, policial civil que manteve uma linha de enfrentamento e centrava exclusivamente na categoria, atuando na defesa dos trabalhadores.

Em 1997, quando o Sindpol lutou junto a outros movimentos para a retirada do governo Suruagy, Ricardo Nazário tinha apenas 17 anos, mas afirma lembrar-se das notícias da época e dentro de casa comentavam as dificuldades do servidor público em Alagoas. "Orgulha-me muito o Sindicato dos Policiais Cíveis - onde estou como presidente - ter feito parte dessa história. Onde a gente chega, a gente ouve que o Sindpol é exemplo para o país como referência de luta,

de resistência. Aceitei o desafio de ser um presidente de um sindicato que tem uma história de luta. E não é só manter a luta, é avançar, até porque a categoria exige esse avanço. Nós não podemos esquecer o “17 de julho”. Tem que manter acesa a chama de luta, de mobilização”.

Nas três décadas de fundação do Sindpol, na opinião de Ricardo Nazário, é importante destacar e manter o elo com outros sindicatos, “tanto que fundamos a Frente Estadual pela Segurança Pública, que engloba os agentes penitenciários, peritos criminais e servidores do Detran. Temos uma relação excelente com outros movimentos. Não podemos nos isolar. O Sindpol é grande e rompeu as barreiras de ser apenas da categoria dos policiais. É um instrumento de luta até para um líder comunitário. Temos uma responsabilidade grande. Queremos continuar junto aos movimentos, crescer mais. Apoiar quem precisa, seja trabalhador, seja estudante”, conta o presidente do Sindpol.

Ricardo Nazário revela que em determinados períodos foi necessário ser radical. “Já ouvimos de um secretário que o Sindpol era o Bope do serviço público. Tivemos uma época de pós-ditadura, existia aquela história de guerras dentro da polícia e o Sindpol ficou frente a frente com autoridades que tinham histórico de coronelismo dentro do Estado de Alagoas. Não tinha outra forma de mostrar força que não fosse pelo enfrentamento”.

Em momentos de crise é preciso lutar, ser ousado. Quando era da diretoria e Josimar Melo presidente, Ricardo estava de plantão na delegacia de Porto de Pedras, em plena greve da categoria. O governador de Alagoas, Renan Filho, foi ao município inaugurar uma obra. “Vesti a camisa do Sindpol, peguei uma faixa de greve e saí. Estavam autoridades e seguranças, me aproximei do governador no palanque, levantei a faixa e fiquei por ali. Ele gesticulou que iria falar comigo. Olhei para ele e perguntei: 'governador, quanto é que vale a sua vida?.'” E ouviu de Renan Filho a resposta: a vida do ser humano não tem preço. Nazário então completou que a vida dele estava valendo o piso salarial de pouco mais de R\$ 3 mil. “É o que Estado paga para eu dar a minha vida para salvar a do senhor, a do secretário, a dos seus filhos e de todas as vidas dos alagoanos. Isso é justo governador?”.

Logo que assumiu a presidência do Sindpol, Ricardo Nazário foi denunciado na Corregedoria da Polícia Civil pela Delegacia Geral. Havia um pedido da Defensoria Pública para a interdição da delegacia de União dos Palmares e uma equipe de reportagem acompanhou o sindicato até a cidade. “Houve bate-boca e mostrei que ali havia sindicalizados e foi dito que tomei a chave, ameacei um rapaz e abri a carceragem. Era mentira. O delegado ficou com raiva e abriu um procedimento por desacato. A filmagem da equipe mostrou que não houve truculência. Foi minha sorte, tudo isso porque bati de frente com um delegado. Não tinha nem um ano na gestão. Independentemente de quem for o oponente (governo), se for para defender

os policiais civis e os familiares deles, a gente vai bater de frente e vai enfrentar".

Mesmo com um perfil mais apaziguador, Ricardo Nazário assumiu o Sindpol já na mira da direção da Polícia Civil e diz que mesmo com a transição das diretorias do sindicato, a linha de luta não ficou para trás. "A gente sabia que iria ter o enfrentamento". A fala é de quem enfrentou logo no início da gestão uma campanha de desfiliação no Sindpol, mas que na verdade a situação acabou revertida e a adesão à entidade aumentou, mesmo em período de turbulência política, com o enfraquecimento dos sindicatos pelo Brasil e o ataque ao trabalhador. "A maior conquista do Sindpol foi o plano de carreira. Isso foi emblemático e mudou a realidade dos policiais civis. Foi um divisor de águas dentro da categoria. Antes ficava estagnado, não evoluía. Além disso, teve a exigência de nível superior para ingressar na Polícia Civil e isso deu uma guinada financeira para todos os policiais civis".

O plano de cargos, carreiras e subsídios - conquista do Sindpol - mudou positivamente a vida de quem integra a PC de Alagoas, garantindo a perspectiva de incremento salarial ao longo da carreira do policial civil. "Era algo que a gente não tinha, em determinado momento não era permitida a evolução salarial, estagnava", explica Ricardo Nazário, que recorda a época em que os policiais bateram de frente com autoridades para afastar os que exerciam atividades dentro da estrutura da PC, mas não tinham formação profissional, os chamados chumbetas. "Para o sindicato bater de frente com essa situação foi algo perigoso. Os diretores do sindicato dessa época sofriam ameaças de morte constantemente. Esses momentos que a gente queimava pneus e ocupava prédios não era somente por causa do salário, a gente tinha que mostrar força por coisas erradas que aconteciam dentro da Polícia Civil".

Em 2003, quando entrou para a Polícia Civil, Ricardo ficou lotado na delegacia de Pariconha, distrito sob a coordenação de Delmiro Gouveia. Era um período em que ainda atuavam os falsos policiais. "Lembro que quem recepcionou a gente na Delegacia Regional de Delmiro Gouveia foi um chumbeta, que era um capitão da PM reformado. Era o assessor do delegado regional e recepcionava a gente, os policiais civis que tinham acabado de assumir", recorda. Aquela situação - hoje resolvida graças ao empenho do Sindpol - constrangia e revoltava os policiais que tinham estudado e conseguiram entrar "pela porta da frente" do serviço público.

A redução do abismo salarial entre agentes e escrivães em relação aos delegados ainda é um desafio para os sindicatos da Polícia Civil Brasil afora. "Por isso que defendemos a carreira única na Polícia Civil, com isso não existiria mais concurso para delegado de polícia. O concurso seria para policial civil e após 12 anos o servidor faria um curso de formação na Academia da Polícia Civil e aí, dependendo das vagas e da pontuação, chegava ao cargo de delegado. A diferença salarial desmotiva, querendo ou não é um colega de trabalho, que está no mesmo ambiente",

afirma Nazário, medida defendida pela Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol).

Na avaliação de Ricardo Nazário - que assumiu o sindicato em setembro de 2017, após Josimar Melo - o Sindpol possui reconhecimento da população porque a união da diretoria vem historicamente da discussão política, nas ações de mobilização, como foi no “17 de Julho de 1997”, que resultou na queda do governo Divaldo Suruagy. "O Sindpol é tão grande que não pode se isolar, independente de quem esteja na presidência ou na diretoria. Rompeu a barreira de ser apenas um sindicato dos policiais, virou um instrumento de luta para líderes comunitários, para outros sindicatos e referência de conquistas".

AS CONQUISTAS DA UNIDADE POLICIAL

De agosto de 1998 a abril de 2022, os policiais civis ganhavam, em média, R\$ 440, hoje o piso salarial desses trabalhadores é de R\$ 4.567,52 e o final é R\$ 12.937,59, torna-se o melhor do Nordeste, além de importantes conquistas como a verba de alimentação e o adicional noturno. Esse resultado elevou o padrão de vida do policial civil alagoano. Em mais de duas décadas da gestão Unidade Policial, os avanços em termos salariais - especialmente - cravaram uma luta com resultados incontestáveis, como a obrigatoriedade do nível superior para ingresso nas carreiras da Polícia Civil, o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios (PCCS) e a garantia da integralidade para policiais civis aposentados e pensionistas.

Na gestão do atual presidente do Sindpol, RICARDO NAZÁRIO, os policiais civis continuam com a mobilização, lutando por melhoria das condições de trabalho e salarial, conquistando vitórias e novos direitos. A nova diretoria do Sindpol inovou ao acolher o policial civil aposentado, da ativa, pensionistas e seus familiares. Ricardo Nazário costuma afirmar que nenhum policial estará sozinho, enquanto ele for presidente do Sindpol.

Na nova gestão, o Sindpol passou a realizar atendimento especial aos policiais civis aposentados e pensionistas com a criação da Sala dos Aposentados e com a atenção especial a eles por parte do Setor Jurídico. Com a mobilização, a nova gestão manteve os reajustes dos policiais civis da ativa aos policiais civis aposentados, bem como o pagamento retroativo da revisão de proventos e pensões.

Desde quando assumiu o Sindpol, em setembro de 2017 até abril de 2022, a nova gestão já conquistou o total de 39,01% de reajuste salarial.

Buscando mais conquistas, a direção do Sindpol vem ampliando os convênios com escolas, faculdades, planos de saúde e odontológicos, serviços em geral tanto na Capital como no

interior de Alagoas. Esses parceiros proporcionam economia aos policiais civis e seus familiares.

MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

Cobrando melhoria das condições de trabalho, a nova gestão pressionou a Delegacia Geral a reformar e reequipar as delegacias. Com a mobilização, também houve melhoria das condições de trabalho nos Centros Integrados de Segurança Pública (CISP) após as denúncias.

A nova gestão do Sindpol está na luta pela revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios (PCCS) da parte permanente com o Governo do Estado. A Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (Seplag) apresentou o projeto de lei que foi elaborado pela Comissão. A categoria aprovou a proposta em assembleia geral e o Sindpol cobra do governo a tramitação dessa proposta.

A diretoria do Sindpol também intensificou a luta pela nomeação da reserva técnica, o que resultou na convocação dos candidatos aprovados para realização do Curso de Formação. Graças ao empenho do Sindpol, a Delegacia Geral convocou mais de 80 candidatos remanescentes aprovados do concurso público de 2012. Mais 14 aprovados foram contemplados com a nomeação efetiva.

Na pandemia do novo coronavírus, a nova gestão intensificou os esforços para promover ações, visando à saúde e à proteção dos policiais civis e de seus familiares, com medidas de prevenção, entrega de materiais de proteção individual, liberação dos policiais civis do grupo de risco e vacinação da categoria. Para isso, o Sindpol mobilizou a Delegacia Geral, a Justiça alagoana, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Secretaria de Segurança Pública, o governo de Alagoas e o governo federal, além de participar de atos nacionais juntamente com a Cobrapol pela vacinação.

AÇÃO DOS 40%

A nova gestão obteve importante conquista jurídica do Sindpol. O Tribunal de Justiça julgou improcedente a ação rescisória ajuizada pelo Estado contra a ação dos 40% em 2019. Com a decisão, tornou-se possível a continuidade das execuções para a cobrança dos valores devidos a todos os policiais civis prejudicados.

PARIDADE E INTEGRALIDADE

Ainda na mobilização nacional, o governo federal reconheceu a paridade e integralidade dos proventos dos profissionais de Segurança Pública, na Emenda Constitucional 103/2019. Cada estado aprovou sua reforma previdenciária. Em Alagoas, na Lei Complementar nº 52/2019, os policiais civis também conquistaram a paridade e integralidade, inclusive para a

categoria do último concurso público. No entanto, o Governo de Alagoas aprovou o texto da reforma da previdência que prejudicou os policiais civis aposentados e pensionistas com o aumento da alíquota em 14% a partir de um salário mínimo. Com a atuação do Sindpol, os policiais civis aposentados conquistaram o desconto previdenciário de 14% acima do teto do INSS na Assembleia Legislativa.

O presidente do Sindpol fez campanha pela realização de concurso público para a Polícia Civil. Após dez anos, o Governo de Alagoas finalmente atendeu em parte o pleito do Sindpol e publicou o edital do Concurso Público para agentes e escrivães da Polícia Civil. Atualmente, 600 profissionais estão aptos para se aposentarem, e o Governo do Estado está fazendo concurso público para 500 policiais civis, número ainda insuficiente para a demanda de trabalho.

MAIOR VOTAÇÃO DE UMA CHAPA

Com o histórico de lutas e conquistas, os policiais civis elegeram novamente a Unidade Policial, com votação histórica de 619 votos válidos, sendo pela primeira vez na história do Sindpol que uma gestão recebeu todos esses votos em chapa única. Por conta da pandemia, a diretoria do Sindpol descentralizou a votação, com quatro modalidades de votação: sede do Sindpol, urnas itinerantes, urnas drive thru e urnas nas delegacias regionais. Ricardo Nazário foi reconduzido ao cargo de presidente do Sindpol.

VERBA DE VESTIMENTA

Atendendo ao Sindpol, o deputado estadual Gilvan Barros Filho conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa emenda destinada à verba de vestimentas para os policiais nos orçamentos do Governo dos anos de 2018, 2019 e 2020, mas o governo do Estado ignorou o direito. Com o acordo firmado com a categoria, o então governador Renan Filho encaminhou o Projeto de Lei da verba de vestimenta à Assembleia Legislativa para aprovação.

A diretoria do Sindpol também conquistou a atualização financeira do seguro de vida, que passou de R\$ 20 mil para o valor de R\$ 100 mil aos policiais vitimados no estrito cumprimento do dever legal. A atualização também abrange policiais que sofreram acidentes de trabalho ou moléstias.

FEIPOL-NE FORTALECIDA

A nova gestão do Sindpol indicou o presidente da Federação Nordestina dos Policiais Civis (Feipol-NE) - o diretor de Comunicação do Sindpol, Edeildo Gomes - que assumiu com o

compromisso de legalizar a Federação. Com o novo comando, a Feipol-NE conquistou seu registro sindical, o que fortalece os nove estados nordestinos, além de levar apoio e união às categorias contra os ataques e retirada de direitos dos governos federal e estadual.

Em Maceió, foi realizado o VII Congresso da Feipol-NE (VII Confeipol-NE) com a temática Empoderamento dos Policiais Civis, que abrangeu o debate sobre o fortalecimento dos policiais civis politicamente e a luta por melhores condições de trabalho e valorização salarial.

NOVAS CONQUISTAS

A mobilização da nova gestão do Sindpol pela valorização, iniciada em 2019, com realização de atos, assembleias gerais, paralisações, acompanhamento da agenda do governador e campanhas de comunicação nas redes sociais e outdoors, garantiu grandes conquistas para os policiais civis. Destacam-se nessas conquistas o reajuste salarial de 4,52% em maio de 2021, a conquista de mais de R\$ 15 milhões para pagamento dos retroativos pendentes das progressões funcionais de policiais civis em outubro de 2021; mais 500 mil reais para pagamento de direitos pendentes de policiais civis aposentados quando estavam na ativa; mais 15% de aumento salarial em abril de 2022 e o envio dos projetos de leis da verba vestimenta e de criação do Núcleo de Qualidade de Vida Policial Civil à Assembleia Legislativa. No acordo com o governo, também foi acordado o reajuste da verba de alimentação. A Assembleia Legislativa já aprovou o crédito suplementar de mais de R\$ 2 milhões para garantir o aumento da verba de alimentação de R\$ 26,73 para R\$ 32,07 por cada plantão de 12 horas.

O presidente do Sindpol, Ricardo Nazário, ressalta a importância do Projeto de Lei do Núcleo de Qualidade de Vida que acolherá e tratará dos policiais civis que sofrem com depressão, ansiedade e são dependentes químicos.

NOVO ENTENDIMENTO DA AÇÃO DA CARGA HORÁRIA

O Jurídico do Sindpol também obteve importante vitória com a mudança de entendimento da Justiça na ação do aumento da carga horária de 30 para 40 horas, o que abre precedente para as demais ações da categoria. O Judiciário estadual estava negando a ação.

A gestão do presidente Ricardo Nazário também conquistou vitória na ação coletiva do Sindpol pelo pagamento do abono permanência. A Procuradoria Geral do Estado havia emitido despacho contra o pagamento do benefício pelo Estado e exigido lei regulamentando o direito, alegando a reforma da previdência estadual.

Outra conquista Jurídica foi o pagamento de férias não gozadas. O Estado também terá que reparar financeiramente os policiais civis da ativa.

SINDPOLEMAÇÃO

Pensando no bem-estar dos policiais civis, seus familiares e na aproximação com a sociedade, a nova gestão do Sindpol realizou diversas ações sociais e de cuidados com a saúde dos policiais civis e da população com o projeto “Sindpol em Ação” em Maceió e no interior, com campanhas de prevenção ao câncer de mama e câncer de próstata. Nas ações foram realizados testes rápidos de glicemia, aferições de pressão arterial e ofertadas orientações sobre cuidados.

Ainda para combater o estresse e melhorar o desempenho físico, o Sindpol promove diversas atividades de promoção à saúde dos policiais civis, como os Jogos da Integração; o projeto Vida Saudável; os Passeios da Melhor Idade, a realização do primeiro torneio de futebol do Agreste e Sertão em Arapiraca, além da Copa de Futebol Society todos os anos. As atividades são preventivas e melhoram a saúde, combatendo o estresse dos policiais civis aposentados e da ativa.

A nova gestão também implementou o bloco Sindpol na Folia, nas prévias carnavalescas e a realização da comemoração do Dia do Policial Civil.

Na parte da estrutura, realizou reforma da sede do Sindpol, reforma no Clube Social Sindpol, adquiriu dois novos veículos (S10 Chevrolet e Cronos Fiat) e está construindo cinco chalés, valorizando o patrimônio dos policiais civis.

CONQUISTAS ECONÔMICAS

*** 16,8% em agosto de 1998**

* 14,6% em outubro de 1999

*** 19,21% em setembro de 2001**

* 6% em 2003

*** 24,5% em abril de 2005**

* 40% em julho de 2006

*** 36,7% em julho de 2008 (18 parcelas)**

* 7,3% em julho de 2011

*** 6,5% em maio de 2012**

* 25,5% em janeiro de 2013

*** 5,8% em maio de 2013**

* 6% em maio de 2014

*** 2014 – PCCS**

- Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – Lei 7.602 – 03/04/2011, com as progressões horizontal e vertical, o policial conquistou reajuste de 22 a 52%.

* 5% em dezembro de 2015

*** 3,15% em junho de 2017**

* 3,14% em dezembro de 2017

*** 2,95% em maio de 2018**

* 13,4% em dezembro de 2018

*** 4,52% em maio de 2021**

* 15% em abril de 2022

CONQUISTAS DE DIREITOS:

* **Pagamento de 1/3 de férias em 1999**

* Reenquadramento dos policiais da última classe e dos inativos em 2003

* **Seguro de Vida (Lei Estadual 6.035/1998)**

* Luta pela Criação da Polícia Civil (até 2001, somente existia o quadro de servidores da Polícia Civil)

* **Pagamento dos oito meses dos salários atrasados do governo Suruagy, nos governos Mano e Lessa**

* Pagamento do salário família e da diferença do direito

* **Nível superior para ingresso na Polícia Civil (Lei Estadual 6.788/2006)**

* Reajuste do cargo das chefias em 2006 (Lei Estadual 6.725/2006)

* **Implantação do adicional noturno**

* Pagamento de diárias de nível superior

* **Aposentadoria especial dos policiais civis (Lei Complementar Estadual nº 28, de 10/09/2010)**

* Efetivação da aposentadoria especial com manutenção da paridade e integralidade

* **Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios (Lei 7.602/2014)**

* Verba de Alimentação (Decreto nº 33.212/2014)

* **Aposentadoria especial de 25 anos para as mulheres policiais (Lei Complementar nº 144, de 15/05/2014)**

* Reconhecimento da Lei Complementar (51/1985) da aposentadoria especial a todos os policiais civis

* **Implantação das Progressões Funcionais (PCCS)**

* Pagamento retroativo da revisão dos proventos dos aposentados e pensionistas (Lei nº 7.780/2016)

* **Garantia da integralidade para aposentados e pensionistas**

* Retirada dos falsos policiais civis (chumbetas) nas delegacias

* **Casa de Custódia dos Policiais Civis na Central de Flagrantes**

* Retirada dos presos das delegacias da Capital

* **Aquisição e reforma da sede do Sindpol**

* Aquisição do Clube Social do Sindpol

* **Estruturação do setor Jurídico, além da assistência jurídica na Corregedoria de Polícia (fim das punições arbitrárias sem sindicância)**

* Antecipação de pagamento de direitos aos policiais civis que residem no Pinheiro

* **Sala dos Policiais Civis Aposentados**

* Medidas de prevenção e vacinação dos policiais civis contra a Covid-19

* **Realização do concurso público da Polícia Civil em 2021**

* Atualização do valor do seguro de vida para R\$ 100 mil

*** R\$ 15 milhões para pagamento retroativo das Progressões Funcionais em 2021**

* Sindpol em Ação pela melhoria da saúde dos policiais civis e seus familiares

*** R\$ 500 mil reais para pagamento de direitos pendentes de policiais civis aposentados, quando estavam na ativa**

* Reajuste do valor da verba de alimentação

*** Implantação do abono permanência**

* Progressões pagas com retroativo do exercício

*** Pagamento retroativo da revisão de proventos dos aposentados e**

pensionistas

* Envio do Projeto de Lei do Núcleo de Qualidade de Vida à Assembleia Legislativa

*** Envio do Projeto de Lei da Verba de Vestimenta à Assembleia Legislativa**

* Mudança do entendimento da Justiça na ação do aumento da carga horária de 30 para 40 horas

*** Vitória Jurídica na reparação financeira dos policiais com férias não gozadas**

* Implantação do abono permanência que a PGE cobrava a regulamentação do direito em lei estadual.



Sindpol em Brasília contra a reforma da Previdência do governo Temer em 2017



Sindpol participa do Ocupa Brasília contra a reforma da Previdência em 2019

Sindpol faz esclarecimento aos novos policiais civis (reserva técnica) em 2018



IV Congresso Estadual dos Policiais Civis realizado em março de 2018



Greve geral contra a reforma previdenciária em 2019



Ato unificado com os servidores da Segurança Pública contra a reforma da previdência em 2019



Sindpol participando do ato unificado com os trabalhadores do Detran em 2020



Em mobilização, policiais civis realizam doação de sangue em Arapiraca em 2020



Sindpol apoiando os moradores afetados pela mineração da Braskem



Paralisação de 72 horas com ato em frente ao Palácio do Governo pela proposta salarial em 2020





Policiais civis participam de passeata e ato público pela valorização policial





Policiais civis definem ações e paralisação pela valorização policial





Passeata pela valorização dos policiais civis



Sindpol e entidades militares definem orientações para PMs e PCs em mobilização



Mobilização nacional contra a reforma da Previdência





Policiais civis repudiam os 200 dias sem resposta do governo Renan Filho em 2021



Policiais civis realizam passeata e cobram proposta do governo Renan Filho em 2021



Sindpol acompanha agenda do governador em Marechal Deodoro



Sindpol acompanha agenda do governo em Rio Largo



Ato em frente ao Palácio do Governo
e assembleia geral pela valorização
dos policiais civis





Bloco Sindpol Folia nas prévias carnavalescas do Jaraguá



Sindpol Folia no Clube Social



Dia de lazer para policiais civis aposentados



Sindpol em Ação levando cuidados com a saúde à população no Centro de Maceió



Doação de sangue em Maceió em 2020



Sindpol em Ação com atendimento Jurídico nas delegacias



Dirigentes do Sindpol prestigiam as policiais no Dia Internacional das Mulheres

Mobilização dos policiais civis



Comemoração do Dia das Mães na sede do Sindpol em 2019



Comemoração do Dia das Mães na sede do Sindpol em 2022





Policiais civis participando do II Pedal Ciclístico



Copa Society de Futebol do Sindpol





Policiais participam do curso de Instrutor em Ações Táticas de Defesa Policial



Dirigentes do Sindpol entregam panfletos de conscientização do Outubro Rosa



Sindpol Vida Saudável



1º Passeio dos policiais civis aposentados



Momento de lazer dos(as) policiais civis aposentados(as)



Paralisação e protesto em frente ao Palácio com a participação do presidente da Cobrapol e federações policiais



Mobilização nacional pela vacinação dos policiais civis



Sindpol em Ação prestando serviços de cuidados com a saúde no Centro de Maceió



Com a mobilização, policiais civis são vacinados



Sindpol faz homenagem às policiais no Dia Internacional das Mulheres



No Dia Internacional das Mulheres, Sindpol entrega flores às policiais



Sindpol em Ação atendendo a população do interior



Sindpol prestando apoio e fazendo parceria com a Associação dos Hemofílicos



Kung Fu Dakaru fez homenagem ao presidente do Sindpol



Presidente do Sindpol profere palestra para jovens do Box União



Sindpol apoia à organização Amor 21





Confraternização e Natal Premiado no Clube Social



Dia das Crianças no Clube Social



CLUBE SOCIAL DO SINDPOL

SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DE ALAGOAS



Construção de chalés



Energia solar

Sindpol faz investimento na sede e no Clube Social



Reforma na sede do Sindpol



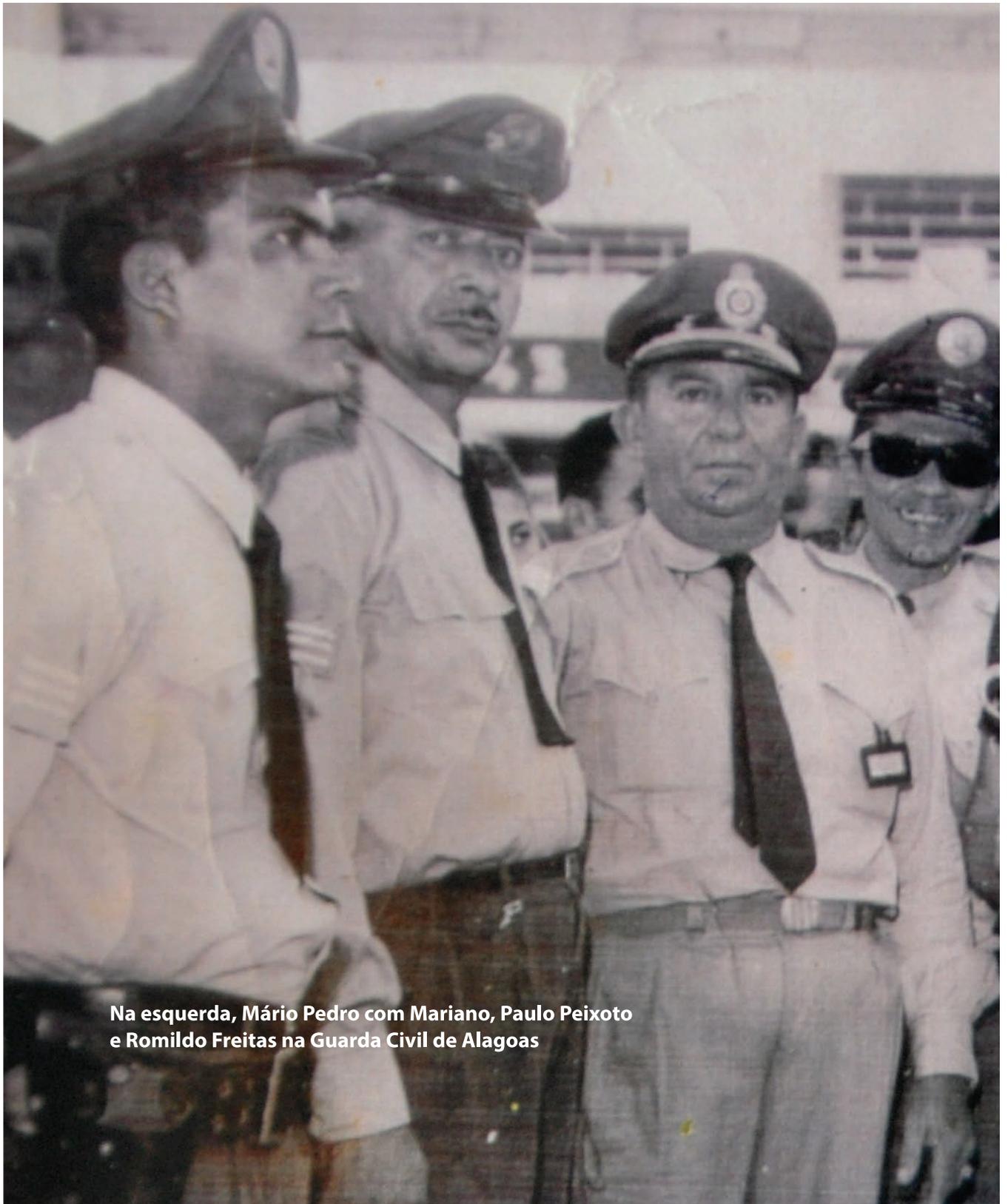
Compra de dois carros



VII Confeipol-NE, realizado em Maceió, debate o empoderamento político dos policiais civís



1º Baile do Sindpol em comemoração ao Dia do Policial Civil



Na esquerda, Mário Pedro com Mariano, Paulo Peixoto e Romildo Freitas na Guarda Civil de Alagoas

A HISTÓRIA DENTRO DA HISTÓRIA

Em 1990, período em que os brasileiros ainda comemoravam importante passo rumo à consolidação da democracia com as eleições diretas do ano anterior, nascia o Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas (Sindpol-AL). A entidade que saiu das trincheiras de uma associação de classe evoluiu e adotou a luta dos trabalhadores, história contada em três décadas de resistência.

À época, Fernando Collor de Mello - que construiu sua trajetória política em Alagoas - cumpria seus primeiros meses de mandato na Presidência da República. No mesmo ano, o eleitorado entregou o governo do Estado nas mãos de Geraldo Bulhões. Nesse período, o cenário político alagoano ainda era comandado pelos políticos de sempre, que se revezavam no poder, mas a esquerda dava demonstração que ganhava espaço.

Ainda no início da década de 1990, o mundo assistia à reunificação da Alemanha e, em 1991, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Já em 1992, os brasileiros acompanham a aprovação pelo Congresso Nacional do impeachment do então presidente Collor. Na mesma época, Ronaldo Lessa vence as eleições para a Prefeitura de Maceió, substituindo Guilherme Palmeira.

Transformações políticas e econômicas ocorriam dentro e fora do país quando surgiu o Sindpol, fundado em 16 de maio de 1990, como fruto e evolução da Associação dos Policiais Civis e que teve como primeiro presidente o policial civil Valter Gama. Nessa época já se discutia a urgência de melhores salários para a categoria.

"Era associação e eu transformei em sindicato. Fui eleito e depois reeleito na associação, mas só podia concorrer a uma reeleição. A associação era antiga, veio da Guarda Civil. Em 1975 foi criada a Polícia Civil, que nos anos 80 começou a se desenvolver", lembra Valter Gama, que na época que esteve à frente da Associação dos Policiais Civis era escrivão de polícia, depois foi perito criminal e delegado de polícia.

Aposentado desde 2003, Valter Gama recorda que o primeiro concurso para a Polícia Civil

em Alagoas foi entre os anos de 1975 e 1976 e outro aconteceu em 1980, período em que entrou na PC. "Na época a luta já era grande e nós sentimos a necessidade de transformar em sindicato. Então fizemos um estatuto e o levamos a uma assembleia, então ele foi aprovado e registrado. Fui o primeiro presidente do Sindpol, por poucos meses, mas fui".

Valter Gama atuou como presidente em período importante de transição. Eleições seguintes garantiram à presidência ao policial civil Geraldo Barros.

NÃO SE FALAVA EM GREVE

Em 1990, Geraldo Barros se tornou o segundo presidente do Sindpol, função que assumiu por dois mandatos. Em 1994, afastou-se do cargo para assumir a direção do Presídio São Leonardo por um ano, unidade prisional que está desativada desde 2007. O secretário de Segurança de Alagoas era Rubens Quintella. Nesse período quem ficou na presidência foi sua vice-presidente, Vanda Meneses. Depois Barros retornou em 1995, concluindo a gestão no sindicato em 1996.

Naquela década, um plebiscito escolheu a República Presidencialista (abril de 1993) como sistema de governo brasileiro. Foram anos de mudanças, que marcaram o fim do Apartheid na África do Sul (1994), um sistema cruel de discriminação racial que durou décadas. Nelson Mandela ganhou o prêmio Nobel da Paz (1993) e, no ano seguinte, tornou-se o primeiro presidente negro da África do Sul.

Pelas bandas de cá, após a saída de Itamar Franco em 1995 - que era o vice-presidente e substituiu Fernando Collor - toma posse como presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso. Há pouco tempo o país tinha adotado o Plano Real (1994).

Geraldo Barros se reelegeu para o segundo mandato e ainda no governo de Divaldo Suruagy (janeiro de 1995 a julho de 1997), o atraso salarial de oito meses dos servidores públicos levou ao desespero famílias alagoanas. Em meio à crise que ganhou repercussão no Brasil, o fortalecimento do Sindpol veio a passos céleres a partir de 1996, com a gestão da UNIDADE POLICIAL, que fazia oposição ao Geraldo Barros.

Barros aposentou-se como perito criminal em 2014. "Estar no movimento sindical foi muito importante, a pessoa adquire muito conhecimento. Desde que eu saí nunca mais nem entrei no sindicato. Achavam que eu não tinha feito nada, então me desliguei do movimento, mas nós conseguimos avançar na luta. A maior parte da nossa gestão foi com Geraldo Bulhões à frente do governo do Estado, ele assumiu em 1991 e antecedeu Suruagy", ressalta.

O ex-presidente conta que durante o tempo em que ficou no Sindpol, ainda no governo

Suruagy, não houve avanço importante para a categoria. Em 1991 teve greve, a primeira da história do sindicato. "Naquela época não se falava muito em greve, nem de mobilização, mas a gente conseguiu. Tivemos alguns avanços no governo de Geraldo Bulhões e com o próprio secretário Rubens Quintella. Depois saí do sindicato e quem assumiu foi o Zé Carlos", finaliza Barros.

O INÍCIO

Um alagoano de São Luís do Quitunde é personagem e narrador da história da Associação dos Guardas Cíveis, que deu origem ao Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol). O delegado MÁRIO PEDRO DOS SANTOS investigou crimes emblemáticos como o assassinato do delegado Ricardo Lessa, em 1991, e do tributarista Silvio Vianna, em 1996, além da chamada gangue fardada nas décadas de 1980 e 1990.

A entrevista acontece na casa de Mário Pedro, no Prado, em Maceió, onde vive há mais de quarenta anos. O delegado ocupou cargos na direção da polícia, do sistema prisional, foi secretário de Segurança Pública e leva na memória dos seus 82 anos de vida, completados em 2019, época da entrevista, momentos como quando resolveu criar o escudo da Polícia Civil.

"Fiz o esboço e mandei para um arquiteto, o Ernandes, que mora na Ponta Grossa. Ficou uma coisa belíssima. O nosso tem certa aparência com a Federal, mas é diferente. Peguei um do Texas. O coronel Amaral (ex-secretário de Segurança Pública) comprou uns carros, eram uns Opalas, e coloquei na porta dos carros", recorda.

Lembra que as funções que ocupou especialmente como delegado, acabaram deixando sua vida e a dos seus parentes em risco. Chegou a andar com seguranças. As orações de dona Carmosina, sua esposa, eram importantes naquela época. Ossos do ofício. "Já vieram três vezes me matar", diz Mário Pedro, que trabalhou por mais de 40 anos na polícia. Entrou em 1958 como guarda civil e se aposentou somente em 2003.

GUARDA CIVIL TINHA PODER

Uma memória privilegiada. "A Guarda Civil foi criada justamente com a Polícia Militar, no governo de Clodoaldo da Fonseca em 1912 (governante da Primeira República). Então a Polícia Civil era composta da Guarda Civil. Depois de 1964 teve a conversa que iriam acabar com as guardas, porque era um segmento civil que se tornava inimigo dos militares. Quando foi em

1969 o problema se avolumou, aí criaram uma lei dando prioridade à Polícia Militar de fazer o policiamento ostensivo. Quer dizer, isso acabava com a guarda. Não no papel, mas esvaziava, não tinha mais o que fazer", explica o delegado.

Mário Pedro detalha que a tal lei não foi "assim amplamente concreta. Então daí surgiu um decreto depois, reconhecendo a Polícia Militar como força auxiliar do Exército e que ela tinha prioridade do serviço no policiamento fardado da capital".

A Guarda Civil atuava ao lado de quem detinha o poder, quando ainda não existia Gabinete Militar. "Era um oficial da guarda que era o assessor direto do governador, no governo do Muniz (Sebastião Marinho Muniz Falcão, governante na Segunda República, em 1956). Então nós tínhamos o Palácio, a Assembleia Legislativa, a Câmara de Vereadores, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas. Nós éramos a polícia bem vista pela sociedade. Os guardas não tinham cultura, eram pessoas humildes, mas eram vistos como Deus na sociedade daquele tempo e a Polícia Militar como uma corporação de segunda linha", recorda.

À época, a Polícia Militar só tinha as patentes até capitão, com apenas 120 homens e a Guarda Civil contava com 240 integrantes. Mas o tempo passou e, sem sustentação política, a Guarda Civil agonizava, lembra Mário Pedro.

"A Guarda Civil não foi extinta, mas esvaziada. Fomos perdendo os locais onde a gente exercia a profissão e não tinha mais o que fazer. Não foi extinta por uma lei. A força pública era Guarda Civil e a Polícia Militar, mas ficamos sem fazer nada. Aí veio o coronel Adalton Gomes Barbosa, que era secretário de Segurança e nós sofremos muito. Com o esvaziamento, um foi para a delegacia, o outro para uma repartição. Tudo desmoronando sem nenhuma sustentação política. Sem nada", conta Mário Pedro.

MUDANÇA MIRAVA CRIAR A POLÍCIA CIVIL

Sem muita saída, um grupo da antiga Guarda Civil resolveu então criar a Associação dos Ex-Guardas Cíveis, mirando a implantação da Polícia Civil de Alagoas. Era o governo de Antônio Simeão de Lamenha Filho, governador nomeado pela Assembleia Legislativa em 1966. "A pressão era muito grande. Quando eu criei a associação não tinha sede e ficamos usando os fundos de onde hoje funciona a Delegacia da Mulher, no Centro, em Maceió.

Quando decidiu criar a Associação dos ex-Guardas Cíveis não foi fácil. O delegado Mário Pedro recorda que a categoria perdeu o direito de andar armado e outras conquistas que significavam muito naqueles anos. "A gente tinha passagem grátis, tínhamos cinema grátis, tínhamos circo, diversões todas. Era só mostrar a carteirinha que a gente entrava. Então chegou

um secretário que baixou uma portaria e tirou transporte, tirou cinema, tirou tudo. E tinha uma coisa, se encontrasse um guarda armado na rua, tomava", conta o delegado aposentado.

Mário Pedro diz que aquele tempo foi importante para consolidar a sua carreira e que quando entrou na polícia - na época que só tinha um investigador e um detetive, que era um "velhinho", como ele recorda - havia a necessidade de uma sustentação jurídica. Um amparo legal para a categoria.

CORONEL PRENDEU DELEGADO

“Se o cara quisesse reagir, mandava prender. Eu mesmo fui preso. Fiquei ali na Cadeia Pública, perto do Quartel. Vinha aprontando para criar a associação e o secretário chegou e me desafiou. Aí afrontei e mandaram me prender. Era um brabo que não respeitava ninguém. Era coronel do Exército que queria tomar conta do Estado. Ele desafiou, eu perdi a cabeça, não sei como foi, aí a gente foi às 'vias de fato' e ele mandou me recolher na cadeia”, recorda o delegado.

Mário Pedro lembra que havia um coronel que perseguia a associação e cobrava o encerramento das atividades. "Mas tinha um coronel que andava com uma varinha e era do Exército, ele ficava implicando comigo. Dava continência, essas coisas. Ele falou: 'já acabou a associação?' 'Eu disse: 'não senhor'. Ele falou: 'é pra acabar, viu'. Eu falei, 'sim senhor'. Ele dava meia volta. Ele ia embora e quando encontrava comigo, perguntava de novo se tinha acabado a associação".

Não teve jeito, com um coronel bravo que não dava tréguas e sob ameaça, a Associação dos Ex-Guardas Civis teve de mudar de endereço. "Foi assim até que um dia nós tínhamos o nosso tesoureiro, que não tinha dinheiro, não tinha nada. Tesoureiro só para compor. Ele estava lá prestando expediente na Associação, quando o coronel chegou e expulsou ele. Quando eu cheguei o Zé Francisco estava chorando. Perguntei o que estava havendo, ele disse: Mário vamos sair daqui. Ele disse que o coronel chegou e expulsou a gente. Aí eu saí com ar de maluco procurando casa e encontrei uma na Cambona. Aí alugamos e ficamos lá por um tempo", relata.

"A gente criou a Associação dos Ex-Guardas Civis para que viesse uma lei, uma direção para a gente, um respaldo, uma segurança que a gente não tinha. Era tudo solto de lá para cá e sendo espeznhado pelas forças militares. Aquela época era uma temeridade", completa. Era 1975, o regime militar dava às ordens no país e Divaldo Suruagy tinha sido nomeado governador pela Assembleia Legislativa de Alagoas. Era a primeira gestão dele à frente do governo.

"Foi quando veio o Divaldo Suruagy que era meu conterrâneo lá de São Luís do Quitunde e a gente tinha certa aproximação. Aí quando ele foi governador prometeu às lideranças da associação que ia organizar a Polícia Civil. E isso de fato ocorreu. A gente criou a Polícia Civil, em 1975", conta Mário Pedro. Como a Polícia Civil foi criada? Com uma dificuldade muito grande, responde o delegado, "aos trancos e barrancos". "Mas o doutor Manoel Soares de Carvalho, que era o promotor e teve origem na Guarda Civil, foi nomeado diretor do Depoc, que era o Departamento de Polícia da Capital. Aí chegou o coronel Amaral como secretário. A primeira pessoa a falar com o coronel fui eu, porque eu era diretor de serviços gerais da Segurança Pública. Aí juntou tudo. Manoel Carvalho, a força da organização dos Guardas Cíveis e o governador e então foi feito o estatuto da Polícia Civil", lembra Mário Pedro.

"A gente já tinha começado lá no Palácio do Governo, quando o Dr. Manoel Carvalho botou pra frente e terminou a incumbência e o governador sancionou a lei que criou a Polícia Civil. Então quando criou a Polícia Civil, automaticamente a ex-guarda civil virou Associação dos Policiais Cíveis de Alagoas. Fomos ao governador Suruagy, então ele cedeu aquela casa que ficou com o Sindpol, onde era uma delegacia da DOPS. Aí veio o José de Oliveira Barbosa, que era policial civil também e eu passei para ele a Associação dos Policiais Cíveis de Alagoas. Daí prosseguiu, já com o Gama (Valter), que foi eleito e transformou em sindicato", recorda.

Depois das associações da Guarda Civil, do Ex-Guardas Cíveis e da Polícia Civil, chegou a hora de criar a dos Delegados. "Mas foi muito difícil porque foi no período revolucionário. Foi muito complicado. Nossa intenção era brigar para criar o delegado de carreira. Antes eram delegados comissionados, escolhidos da Polícia Militar ou nomeados pelo governador. Então as forças políticas daquela época eram antagônicas à criação dos delegados. Eram muito resistentes", conta Mário Pedro.

Divaldo Suruagy foi governador três vezes, saiu e não criou o cargo de delegado de carreira em Alagoas. "Então ele (Suruagy) saiu para se candidatar (ao Senado) e entrou José Tavares. Ele era macho viu. Enfrentou o Poder Legislativo e os prefeitos do interior que mandavam, escolhendo quem era bacharel em Direito para ser delegado. Foi muito difícil naquela época, mas entrou José Tavares e Mané Carvalho que era compadre do governador e era diretor do Depoc e passou a ser secretário. Então tudo estava nas mãos. Ele teve participação direta na feitura da lei, mas para delegado não, porque ele era secretário. Aí eu tomei a frente. Graças a Deus, procurando estudar, fui ajeitando e fizemos a lei que criou o delegado de carreira", lembra.

O governador José Tavares conseguiu "dobrar" o Poder Legislativo sobre a criação do cargo de delegado de carreira. Antes de deixar o governo, Divaldo Suruagy entregou o projeto com os

deputados estaduais, mas não chegou a negociar com a Casa. "A gente queria isso, porque a gente estava distante de outros estados, cada um já tinha delegado de carreira. No governo de Luiz Cavalcante (durante a Segunda República, em 1961), ele criou 17 cargos de delegados, com duas classes. Mas ocorre que naquele tempo o governo foi mudado para o Simeão Lamenha Filho e não prosperou. Ninguém aceitava", finaliza. Delegado Mário Pedro dos Santos foi o primeiro presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Alagoas (Adepol), entidade onde atuou de 1988 a 1990.



Antiga sede do Sindpol-AL

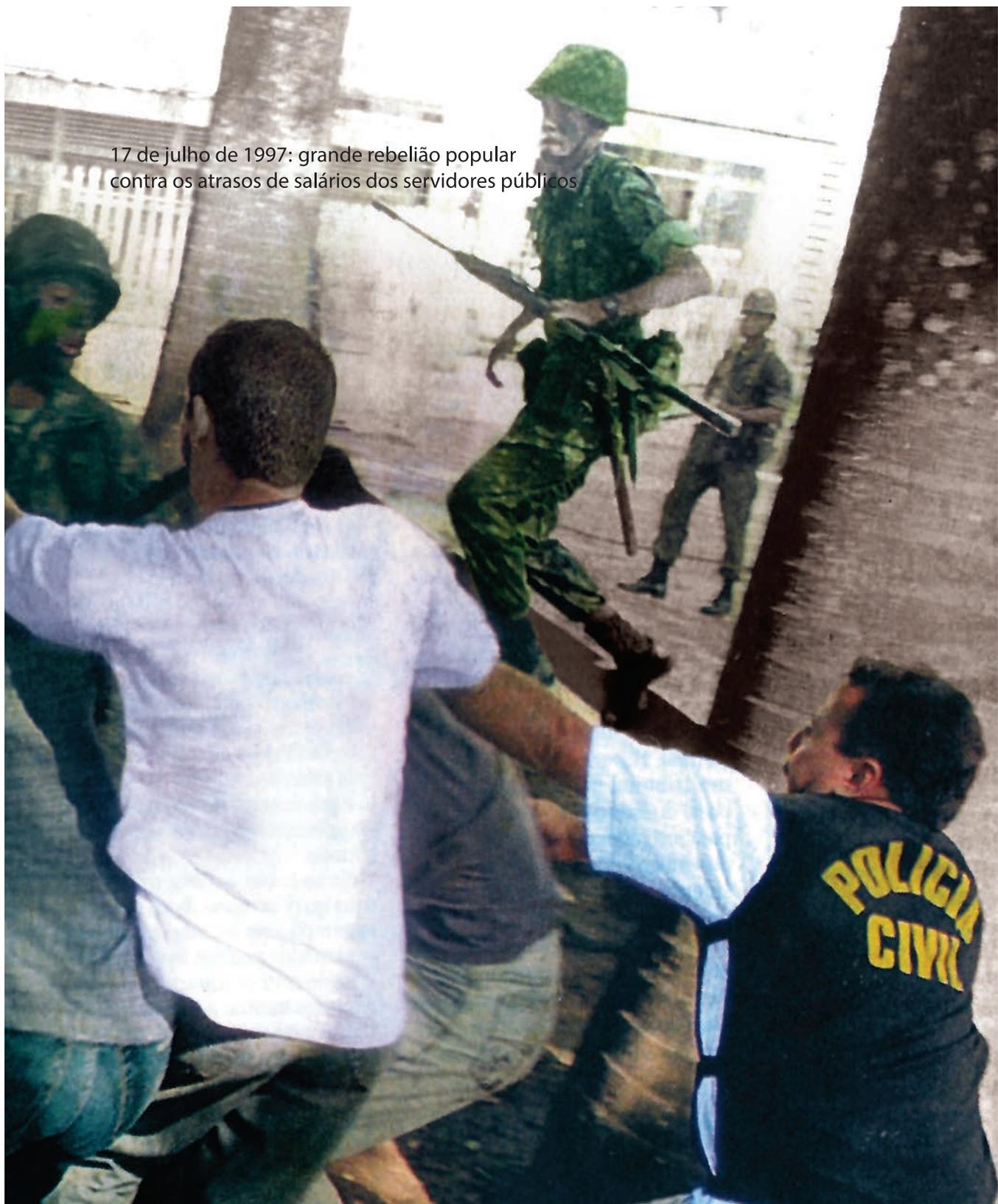


Antiga sede da Associação da Guarda Civil de Alagoas



Nova sede do Sindpol-AL

17 de julho de 1997: grande rebelião popular
contra os atrasos de salários dos servidores públicos





Policiais e servidores ocupam Praça D. Pedro II no 17 de Julho de 1997



Policiais civis e servidores cobram os salários atrasados em 1997



Greve unificada dos policiais civis e militares em 2001



CRISE EM ALAGOAS UNIU AS POLÍCIAS

Na Pajuçara, um grande evento em 1994 reunia lideranças políticas da maioria dos municípios alagoanos. Unir as "forças progressistas e democráticas" e impedir a volta de Geraldo Bulhões e Fernando Collor de Mello ao poder era o que aparentemente movia tanta gente das principais legendas partidárias da época. Era praticamente a festa da vitória.

Para muitos, a redenção de Alagoas se chamava Divaldo Suruagy, tanto que teve uma votação expressiva, com mais de 495 mil votos, eleito já no primeiro turno. O povo alagoano acreditava ter escolhido aquele que iria tirar o estado do atoleiro.

O jornalista Fernando Valões estava no lançamento da candidatura de Suruagy e Mano ao governo de Alagoas e tem vídeo da época. "Uma grande festa, a festa de Alagoas. Festa do compromisso de se resgatar, de se reconstruir o Estado de Alagoas, de se resgatar a moralidade", afirmou Teotonio Vilela Filho, após abordagem de equipe da campanha, eleito senador naquele mesmo ano e um dos presentes naquele acontecimento político.

"Temos uma oposição em Alagoas com uma frente ampla para derrotar Geraldo Bulhões e Fernando Collor", anunciava o jornalista Enio Lins, eleito vereador por Maceió em 1988. "Divaldo Suruagy é a síntese da sociedade alagoana. Divaldo Suruagy virou referência pelo desastre que foram os governos que sucederam a sua administração do Estado. Estamos juntos agora para resgatar a história de Alagoas", acrescentava o senador Renan Calheiros. "É a vontade do povo, querendo nos conduzir novamente aos destinos de Alagoas", comemorava Suruagy, ladeado por importantes figuras políticas.

SINDICATO CUMPRIU PAPEL IMPORTANTE

Em 1994 quando se costurava a volta de Suruagy ao poder, pela terceira vez, Geraldo Bulhões e Francisco de Melo - governador e vice - deixavam o Palácio do Governo. Nos anos que

se seguiram, a crise anunciava dias difíceis para os alagoanos.

O afastamento de Suruagy do cargo resultou em sua renúncia e, à medida que avançava a revolta popular contra o governo estadual, o Sindpol se fortalecia - mesmo que tivesse que cortar na própria carne - nascia assim a Unidade Policial, que levou à sociedade uma entidade combatente.

O professor e pesquisador LUIZ GOMES DA ROCHA - autor do livro O Levante de 1997, policiais civis e militares na derrubada de Suruagy - resume a participação da entidade naquela época. "O Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas cumpriu um papel importantíssimo no processo de derrubada do governo Suruagy, em 17 de julho de 1997, porque o Sindpol serviu de elo para unificar o conjunto de servidores públicos com as polícias civil e militar", lembra.

"A gente vive num país democrático. Foi uma mobilização da sociedade para que se pudesse ter uma atitude que precisava ser tomada e o Divaldo reconheceu a dificuldade toda e saiu. Eu assumi o governo e tomei as medidas que tinham que ser tomadas, se assim não fosse, onde nós estaríamos hoje? A mobilização toda fez com que apressassem ou agilisassem as posições", afirma MANOEL GOMES DE BARROS, ex-vice de Suruagy.

Sem ocupar cargos no cenário político atualmente, Mano, ex-governador de Alagoas fala sobre a mobilização dos sindicatos à época, sobre a saída de Suruagy do poder - quando assumiu o governo - e diz que tem acompanhado as ações do governo. Foi deputado estadual em 1982, no mesmo ano em que Suruagy foi eleito governador por Alagoas pela segunda vez.

Também foi reeleito em 1986, por outro partido, quando Suruagy já estava no Senado Federal e Fernando Collor tinha sido escolhido para governar Alagoas. Em 1994, Mano e Suruagy chegaram ao poder com uma votação expressiva para a época, mais de 490 mil votos, substituindo Geraldo Bulhões.

ESCÂNDALOS ACIRRAVAM ÂNIMOS

"Naquela época os servidores públicos estavam com os salários atrasados em até nove meses, diante do governo Suruagy que tinha privatizado o Produban e entregado a Ceal para o governo federal, devido ao endividamento de forma fraudulenta do Estado de Alagoas. Com vários escândalos de corrupção envolvendo as letras do tesouro estadual e através do Plano de Demissões Voluntárias (PDV) estava desmontando o Estado de Alagoas e demitindo servidores públicos", acrescenta o professor LUIZ GOMES.

Serviços essenciais de Saúde e Educação não atendiam mais os alagoanos e os funcionários estavam passando fome. Relatos de suicídios trouxeram ainda mais desespero. Sem receber a

meses as parcelas do PDV, aos trinta anos de idade, o soldado da Polícia Militar Leandro Alves do Carmo atirou na esposa e nos três filhos, em seguida, cometeu o suicídio em abril de 1997. Apenas um menino de dez anos escapou daquele episódio que ganhou espaço na mídia nacional.

"Durante o terceiro e último governo de Divaldo Suruagy, Alagoas viveu uma das maiores crises de governabilidade de sua história. Situação que somente foi resolvida com o afastamento do governador. Fruto do Acordo dos Usineiros e do arrocho fiscal estabelecido pelo Plano Real, o déficit nas contas públicas levou o governo do Estado a atrasar o pagamento dos servidores públicos por nove meses", revela um trecho do portal História de Alagoas, escrito pelo jornalista Edberto Ticianeli.

Com a saída de Suruagy do poder, em julho de 1997, Mano assume os destinos de um estado esfacelado. No ano seguinte, tenta se reeleger para o governo, mas é derrotado por Ronaldo Lessa, que tinha como vice Geraldo Sampaio, e obteve mais de 387 mil votos e um forte apoio dos sindicatos de Alagoas.

MOVIMENTO FORTALECIDO

KÁTIA BORN era a prefeita de Maceió em 1997, quando a revolta popular reiniciou a história de Alagoas. Esteve junto aos manifestantes na Praça Dom Pedro II, o "jardim da Casa de Tavares Bastos", onde os deputados estaduais se reúnem e despacham. "Acho que naquele momento teve um fato que foi a união de grande parte política do Estado de Alagoas e dos sindicatos e uma coisa inédita foi a união da Polícia Civil com a Militar. Isso fortaleceu o movimento porque em vez de ter a polícia contrária ao movimento você estava com o sindicato do seu lado, muito embora tinha o coronel Cavalcante que controlava uma grande parte da corporação, mas nem isso intimidou os sindicatos", recorda Kátia.

"Na Polícia Civil, quem estava naquela época era o Zé Carlos, que era ousado e ia costurando devagarinho. Era uma liderança jovem, bem articulada que conseguiu trabalhar as duas polícias juntas. Então o Sindpol cumpriu um papel importantíssimo. Recebi-os várias vezes na Prefeitura. Eu era prefeita na época e, em 1992, fui presidente da CUT e os sindicatos tinham uma relação boa com a Central Única dos Trabalhadores", completa a ex-prefeita, que também foi vereadora por Maceió em 1982, época em que Corinho Campelo da Paz foi nomeado prefeito da Capital.

ENFRENTAMENTO POLÍTICO

"O mais importante movimento de resistência popular da história recente de Alagoas - que uniu a população em geral e movimentos organizados no 17 de julho - só existiu pela presença

corajosa dos policiais civis e militares em articulação com professores e outros servidores públicos. O Sindpol foi essencial na dura batalha de organização popular e enfrentamento político que fizemos juntos e para mim foi uma honra estar ao lado deles", conta HELOÍSA HELENA.

"Com certeza a luta de ontem, hoje e sempre do Sindpol deverá orgulhar essa categoria e em todos os momentos que os defendi no Senado ou em qualquer trincheira de luta, sempre o fiz com base no angustiante e perigoso trabalho cotidiano deles e pela imensa luta que travamos do mesmo lado em Alagoas", afirma Heloísa Helena, que foi vice-prefeita de Maceió, deputada estadual, senadora e vereadora.

POLICIAIS FORAM PONTO DE RESISTÊNCIA

"Ao mesmo tempo por compreender que essa política de desmonte aprofundava ainda mais o caos que Alagoas vivia, o Sindpol serviu não só de ponto de apoio para a mobilização mas como ponto de unificação das polícias com o conjunto de servidores e essa estratégia de unir polícias e servidores foi fundamental para criar um grande movimento social, um grande movimento popular, unificando todos contra a política de Suruagy", destaca o professor Luiz Gomes.

Para o pesquisador, o Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas (Sindpol) foi um ponto de resistência contra a política de desmonte da época e que "17 de Julho" efetivamente só existiu porque o Sindpol cumpriu um grande papel, o de unificar as lutas contra a política do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que aqui em Alagoas se materializava através da ação do governador Divaldo Suruagy.

"A gestão Unidade Policial cumpriu um papel fundamental porque em nenhum momento teve dúvidas em apostar na mobilização da categoria e nessa unificação. O resultado foi a criação de um grande movimento que veio colocar abaixo o governo Suruagy e, com isso, o Estado de Alagoas teve que retomar o pagamento dos salários e a realização de concursos para repor aquela grande quantidade de servidores que tinha saído através do PDV", explica o professor e pesquisador Luiz Gomes.

"Antes mesmo dos manifestantes chegarem à Praça D. Pedro II, o Exército havia colocado vários soldados para proteger a sede do Poder Legislativo e impedir que a área gradeada da praça fosse invadida. Como resposta, manifestantes armados invadiram a Biblioteca Pública e ficaram em posição de tiro nas suas janelas superiores. Como os deputados, mesmo sitiados na Assembleia Legislativa, relutavam em afastar o governador, os manifestantes resolveram invadir

a Casa Legislativa e derrubaram as grades, ocupando a praça, forçando as forças federais a recuar. Foram disparados vários tiros durante a ação e no tumulto pessoas ficaram feridas", explica o portal História de Alagoas.

Naquela quinta-feira, 17 de julho, a praça reunia pelo menos 15 mil pessoas, a maioria servidores públicos estaduais. "Diante da possibilidade de invasão da Assembleia, às 13h35, os deputados votaram às pressas o pedido de afastamento por seis meses do governador. O vice-governador Manoel Gomes de Barros assumiu o governo temporariamente, mas depois foi efetivado no cargo. Percebendo que não havia mais condições de retornar ao governo, Divaldo Suruagy apresentou sua renúncia no início 1998", finaliza o portal "História de Alagoas".

Divaldo Suruagy deixava a vida pública em maio de 2002 e morreu em março de 2015, aos 78 anos. Por um longo período ficou sem se reerguer politicamente, conseguindo apenas a terceira suplência na coligação como deputado federal, mas mesmo assim assumiu vaga na Câmara Federal, último cargo público que ocupou.

Voltou à política pelas mãos de uma tragédia, a "Chacina da Gruta", que deixou mortos a deputada federal Ceci Cunha, assassinada com mais três parentes, em 1998, e que havia sido eleita naquele ano. A prisão de Talvane Albuquerque (que era primeiro suplente de Ceci, detido e condenado como mandante) e a vitória para a Prefeitura de Palmeira dos Índios, do segundo suplente Albérico Cordeiro, levaram Suruagy a assumir a cadeira de deputado federal em Brasília.

LIVRO DETALHA QUEDA DE SURUAGY

O livro do jornalista JOALDO CAVALCANTE "17 de Julho: a gameleira, as lembranças e a história decidida à bala" conta os fatos que culminaram com a queda de Suruagy, relatos que ficaram eternizados em textos publicados pela imprensa e lembrados mais de 20 anos depois por pesquisadores e personagens de um enredo que nunca será esquecido.

"No comando do Poder Executivo, o governador Divaldo Suruagy e seu vice, Manoel Gomes de Barros. À mesa um diagnóstico tenebroso sobre a saúde das finanças do Estado. Houve quem contabilizasse um dado chocante: era como se Alagoas - um dos entes federados mais carentes da União - necessitasse investir toda sua receita, por trinta meses seguidos, para poder pagar o papagaio acumulado com seus credores. Só os professores da rede pública não embolsavam salários há oito meses. O passivo com os servidores civis e militares superava os R\$ 260 milhões, um valor monumental. O atraso médio no pagamento do funcionalismo alagoano alcançou inacreditáveis nove meses. Fora a inadimplência com fornecedores e cortes

no custeio da máquina, prejudicando até mesmo os serviços essenciais à sociedade", revela trecho do livro do jornalista Joaldo Cavalcante.

O senador RENAN CALHEIROS, que esteve no lançamento da candidatura da dupla Suruagy e Mano para o governo, em 1994, conta que a situação econômica de Alagoas ficou insustentável. Ele já atuou como deputado estadual, deputado federal e, em 1997, ocupava cadeira no Senado Federal. "Foi um episódio triste na história recente de Alagoas. Os sindicatos de servidores públicos civis e associações de policiais e bombeiros militares de Alagoas se mobilizaram porque a situação era de desespero, com salários atrasados há vários meses. Toda a economia de Alagoas foi atingida pela crise de 1996 e 1997. Os sindicatos fizeram o que seus filiados esperavam deles, a situação chegou a um nível de tensão muito forte, mas graças a Deus tudo se resolveu em paz com o gesto do governador Suruagy de se afastar do governo", recorda o senador.

"Divaldo Suruagy assumiu o governo em 1995, herdando dos seus antecessores um endividamento de R\$ 650 milhões, dos quais R\$ 450 milhões com instituições financeiras. Já se convivia há muito tempo com a desarmonia entre receita e despesa. E o quadro agravaria mais: dois anos depois, o abacaxi atingiria R\$ 1,2 bilhão. A máquina pública desfalecia e os serviços a serem prestados à sociedade, historicamente precários, entrariam em colapso", diz trecho do livro de Joaldo Cavalcante.



Ocupação da Sefz: Ato público unificado com os servidores públicos pela data-base em 2019



Sindpol apoiando a greve dos trabalhadores do Detran



Sindpol apoiando a greve dos servidores do Judiciário estadual



Sindpol presta apoio à greve dos jornalistas



Sindpol presta apoio à mobilização dos policiais penais



Entidade alertam para os empréstimos contraídos pelo governador

SINDPOL INSPIRA ENTIDADES

Por definição, "sindicato" pode ser resumido como união em defesa do interesse e conquista de melhorias nas condições de trabalho e salário. Mas a experiência - norteadada pela visão ampla sobre a classe trabalhadora - proporciona o aparecimento de entidades que viram referência. Esse é o caso do Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol/AL).

MARIA CONSUELO CORREIA, presidente do Sinteal/AL, lembra do posicionamento da entidade que atua junto e pelos servidores públicos estaduais. "Assim como o Sinteal, o Sindpol surge após a redemocratização e, nessa trajetória, teve a capacidade de protagonizar as lutas da classe trabalhadora, conquistando vitórias e direitos para a categoria que representa e avanços na luta por uma segurança pública de qualidade para todos", resume a educadora.

Maria Consuelo lembra que essa trajetória de greves e lutas levou à construção de momentos importantes como o "17 de julho de 1997", que culminou com o fim do governo Divaldo Suruagy. "Representou um processo de ruptura frente aos desmandos do governo estadual à época em que Sinteal, Sindpol, associações militares e demais sindicatos protagonizaram este importante processo de defesa dos serviços públicos e dos servidores. Aquele momento histórico não arrefeceu a entidade, que ao longo do tempo se consolida como um sindicato classista, sendo um importante instrumento de luta da classe trabalhadora do Estado de Alagoas", diz a sindicalista.

Na opinião de Maria Consuelo - presidente do Sinteal - o Sindpol é um sindicado combativo que nos momentos da história democrática tem se posicionado do lado correto, fazendo parte da batalha junto às demais entidades sindicais e sendo importante referência para a melhoria da valorização do conjunto dos servidores públicos do Estado de Alagoas.

SINDICATO FORTE E ORGANIZADO

JORGE VENERANDO é ex-presidente do Sindicato dos Policiais Federais de Alagoas (Sinpofal), continua na diretoria da entidade, acompanhou a formação do Sindpol em 1990 e participou da união que gerou a Unidade Policial. "Conheço o sindicato desde o começo, quando cheguei aqui (em Alagoas) em 1989, e o presidente era o Geraldo (Barros). Como eu tinha uma amizade grande com o Zé Carlos, com o Carlos Jorge, com o Josimar e com o Stélio (ex-diretores), já era presidente do sindicato (dos policiais federais) em Alagoas e comecei a apoiar o Sindpol. Em 1990, assumi o primeiro mandato no Sinpofal e fiquei até 1993. Eu apoiei esse grupo e saí em defesa dele, fizemos algumas articulações e estruturações com uma mobilização muito grande na base, na categoria, e construímos um sindicato classista, combativo, independente e autônomo, mas capaz de dialogar", conta.

São mais de 30 anos dedicados ao sindicalismo que Jorge Venerando resume: "onde tiver a luta dos trabalhadores, nós estaremos lá. Para mim, o Sindpol é a maior expressão em Alagoas e o maior exemplo de como se faz sindicalismo". Mesmo aposentado, ele continua na diretoria do Sinpofal, onde já foi presidente por cinco vezes. Em 1994, foi fundador e presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef).

"Fomos de delegacia em delegacia, conversando. Construímos um grupo e esse grupo saiu vencedor da primeira eleição. Esse grupo é muito organizado e muito forte. Tem história de luta e muitas conquistas. O Sindpol é um dos maiores exemplos de sindicato, tanto em nível estadual, quanto nacional. Talvez o mais combativo do Estado. Continuo junto, sei do compromisso desses companheiros. Jogam limpo e não se vendem. Compreendem a essência do movimento sindical", acrescenta.

IZAC JACSON FERREIRA, que foi ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores em Alagoas (CUT-AL) e participou ativamente das ações de mobilização junto com os integrantes do Sindpol, disse, em depoimento dado em setembro de 2019, "no nosso olhar da CUT, o Sindpol é uma das mais belas experiências de organização de entidade de classe, em especial, na área de Segurança Pública do nosso Estado e do Brasil. Teve um papel fundamental no momento da derrocada do governo Suruagy, que sem a presença ativa do Sindpol o resultado talvez tivesse sido diferente. O Sindpol ensinou muito a cada um de nós, principalmente, quando se trata de um processo de resistência", explica o então secretário de Organização e Política Sindical da CUT.

Izac recordou que chegou à entidade em 2003 e acompanhou de perto os últimos anos da

construção e do fortalecimento do Sindicato dos Policiais Civis. "O Sindpol foi uma das categorias que mais avançou. Tem uma disposição de luta invejável. Constrói um processo de resistência que faz com que setores mais conservadores recuem. Então foi com a ocupação do Porto de Maceió e com grandes mobilizações de rua que o sindicato conquistou um dos melhores planos de carreira do país. O Sindpol sempre tratou as coisas com muita força, sempre com muita resistência, mas sem abrir mão do diálogo. A CUT não seria a mesma hoje sem essa entidade de classe que representa o símbolo da resistência. O Sindpol está sendo um espelho para outras categorias, em particular, na área de segurança pública", finalizou.

SINDPOL, UM DOS MAIS COMBATIVOS

Ex-presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), policial civil aposentado e que atualmente integra a entidade supra sindical na Europa - JÂNIO GANDRA - participou ativamente da formação e ações do Sindpol/AL. "Pude testemunhar várias lutas que travaram com o governo local em defesa dos policiais alagoanos. Nessa ocasião, eu presidi a confederação que foi criada para defender e apoiar os sindicatos estaduais na militância sindical local e defender em nível nacional os policiais de todo o país. Juntos nós travamos várias batalhas", recorda Jânio Gandra.

"Com o advento da Constituição da República em 1988, ficou consagrado o direito do servidor público de se organizar em sindicato. Antes existia limitação à organização apenas em associações que com raras exceções limitava-se a serviços sociais, festas e atividades. Os servidores públicos com advento dessa Carta passaram a fundar sindicatos e as categorias dos serviços da Saúde, da Educação e da Segurança se organizaram separadamente e surgem os primeiros sindicatos de policiais no país. Isso se deu para se defender os direitos laborais, morais e sociais da categoria. Essas entidades deveriam ser independentes do patrão que é o Estado, da religião, dos partidos políticos, contribuindo assim para a unidade da classe. Alguns conseguiram, outros não, infelizmente. Aí nasce o Sindpol em Alagoas e passa a exercer com esmero a luta em prol dos policiais, tornando-se um dos mais combativos", recorda o policial civil.

"Sou testemunha viva da luta incansável dos companheiros da direção do Sindpol como sindicalistas leais na luta nacional. Sempre foi uma equipe e isso eu sempre admirei nos companheiros de Alagoas. Parabéns ao Sindpol e fica então essa saudade dos companheiros da luta. Estou aqui numa luta mais tranquila, não é uma luta sindical, é uma luta supra sindical. A

gente tenta aqui em Portugal conseguir ganhos de forma paralela para os policiais, buscando cursos, querendo inserir a categoria dos policiais também na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLT). A gente quer ser respeitado e não temido. Policial no Brasil tem que ser respeitado e admirado como em outros países", finaliza.

SINDICATO SE UNIU A TRABALHADORES

RILDA ALVES, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Alagoas, afirma que, nos últimos anos, o movimento sindical teve grandes desafios, já que direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira vêm sofrendo ataques. "Assistimos ao desmonte do Estado e dos serviços públicos, reformas que precarizam o trabalho e dificultam a aposentadoria, privatizações e ameaças de extinção da Justiça do Trabalho. Neste momento, é preciso que o movimento sindical se fortaleça e se mantenha mobilizado".

Na opinião da presidente da CUT, mais do que nunca é necessário que os trabalhadores se filiem ao sindicato de sua categoria, pois só com a união de todos é que será possível manter as conquistas. "O Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas foi fundado há 32 anos e se tornou referência no movimento sindical do nosso Estado por suas lutas e conquistas, superando o caráter meramente assistencialista das antigas associações que representavam a categoria", lembra Rilda.

"Em 1997, o funcionalismo chegou a ficar vários meses sem receber salário, levando Alagoas a um processo de convulsão social. Os policiais civis se juntaram ao movimento dos servidores e saíram às ruas do centro de Maceió para tirar do poder o então governador Divaldo Suruagy. A atuação da diretoria do Sindpol foi decisiva para a união das polícias e dos servidores em torno de um interesse comum e assim tem sido ao longo dessas três décadas. O Sindpol merece o reconhecimento por toda a luta travada ao longo dessas três décadas, em defesa não só da sua própria categoria, mas também de toda a classe trabalhadora", finaliza a presidente da CUT.

ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE

O jornalista ARNALDO FERREIRA acompanha a trajetória do Sindpol desde que ele foi fundado em 1990. "Conheço os policiais civis desde os anos 80 e como entidade organizada a partir de 90, quando eles se acorrentaram na porta do Palácio do Governo, ali marca uma virada de página, mostrando para o Executivo que existia uma categoria organizada que não era um

grupo qualquer, mas sim servidores públicos com formação política que sabiam o que queriam e estavam reivindicando direitos. É um sindicato que passou a ser reconhecido e respeitado, ganhou o respeito da população alagoana, da imprensa alagoana, do Judiciário, só falta ter o respeito do Poder Executivo", acrescenta o jornalista.

Já o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (Sindjornal), IZAÍAS BARBOSA, lembra a disposição e a organização do Sindpol como parceiro de entidades, além daquelas que compõem a Segurança Pública. "São 32 anos de luta em defesa da categoria dos policiais civis de Alagoas. Reconheço também sua importância histórica e seu papel de destaque no cenário sindical, sempre guiado pelo espírito de solidariedade e unidade por uma sociedade mais justa e igualitária", afirma.

"O Sindpol sempre se fez presente na luta dos trabalhadores, no reestabelecimento da ordem socioeconômica do Estado de Alagoas e, em 2019, esteve presente na luta dos jornalistas alagoanos contra a precarização e pela dignidade da nossa categoria. O Sindpol também percebeu que a redução de salário do jornalista seria o início de um golpe contra a classe trabalhadora", finaliza Izaías, referindo-se à mobilização e greve dos jornalistas de Alagoas em meados de 2019, por causa da ameaça de corte salarial dos trabalhadores.

SINDICATOS NO ATUAL CENÁRIO

Na avaliação do professor e pesquisador LUIZ GOMES, os sindicatos na atualidade continuam sendo extremamente necessários, porque os tempos seguem difíceis para os trabalhadores brasileiros. "Não é só importante para defender o serviço público, como também o conjunto dos sindicatos. Hoje mais do que nunca é necessário, tanto local como em nível nacional, porque nunca se atacou tanto os direitos dos trabalhadores".

O atual presidente do Sindpol, RICARDO NAZÁRIO, lembra dos obstáculos que a diretoria teve de superar para se fortalecer. Se for preciso, tem que ir para o enfrentamento. Esse é o lema de quem esteve ou está na entidade. "Até mesmo uma campanha de desfiliação foi feita pelos nossos oponentes, mas a gente conseguiu aumentar a filiação sindical, então isso foi a maior demonstração que a gestão está no caminho certo, mostrando credibilidade para a categoria. E policiais que se desfiliam, voltaram a se filiar. Essa disposição para a luta do pessoal de antes, nós não perdemos. Independente de quem seja o oponente, se for para defender os policiais, a gente vai enfrentar".

Ricardo Nazário destaca que diante dos ataques à classe trabalhadora, é preciso buscar

alternativas. "Os ataques dos governos, tanto estadual como federal, estão se refletindo no enfraquecimento dos sindicatos. Com isso, os sindicatos têm que se reinventar para conseguir manter os sindicalizados porque o próprio governo federal quer desacreditar as entidades. Isso vai fomentar medidas contra o trabalhador, enfraquecendo quem defende o trabalhador. Com essa política de desmonte dos sindicatos pelos governos, a gente tem que se reinventar para conseguir manter os sindicalizados. Querem passar o descrédito, isso enfraquece quem pode te defender, quem vai às ruas dizer a verdade. Não têm como, não podem e não vão acabar com os sindicatos", finaliza Nazário.

POLICIAIS NO BRASIL LUTAM PELOS MESMOS IDEAIS

ANDRÉ GUTIERREZ assumiu a presidência da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol) em setembro de 2017. Como líder de uma entidade que representa policiais cíveis nos estados, lembra da importância de manter os sindicatos fortes. "Isso é basilar. Um sindicato precisa ser forte e apoiado pela categoria. É importante fortalecer nossa entidade de classe. A pauta de todos os sindicatos é similar. Foi feito um trabalho político de enfraquecimento das polícias cíveis, dessa forma, quase todas têm os mesmos problemas, de efetivo, de remuneração, de estrutura. Então essa luta é praticamente comum em todos os estados. Temos uma série de pautas que são comuns, que inclui também a questão do efetivo que é muito baixo", finaliza André Gutierrez.

Em depoimento no mês de setembro de 2019, o delegado da Polícia Civil MANOEL WANDERLEY, que participou da diretoria do Sindpol na época em que Valter Gama foi presidente da entidade, na década de 1990, e do movimento que gerou o afastamento do governador Divaldo Suruagy em 1997, já como integrante da Adepol, revelou ser sindicalizado ao Sindpol. "É mais do que importante que o sindicato se mantenha forte e é até hoje. Não sei o que seria dos policiais cíveis se não fosse o sindicato. Antigamente o sindicato era usado para uso político e isso era horrível. Hoje não é. O sindicato tem que se manter neutro, não virar cabide de ninguém. Hoje em dia não há mais manipulação política", afirmou.

Manoel Wanderley disse ainda que a entidade está na linha de frente da luta, de ajudar a categoria e que é preciso lembrar também - em relação aos delegados - que todos pertencem à Polícia Civil. "O nosso pessoal da Polícia Civil é muito leal ao sindicato, mas tenho medo que a categoria acabe porque não há concurso. Os processos se acumulam nas delegacias, as

diligências não são feitas porque não tem mais policial. Delegacias ficam fechadas durante à noite e no feriado longo. É um absurdo. O cidadão passa cinco horas para fazer um B.O", lamentou o delegado, dando exemplos da precariedade enfrentada por policiais em Alagoas.

UNIFICAR A LUTA E FORTALECER SINDICATOS

Entre os anos de 1995 e 1998, PAULO NUNES atuava como presidente da Associação dos Oficiais Militares de Alagoas (Assomal), na mesma época em que a crise desesperava os alagoanos. Surgia a necessidade de unir as forças policiais. "Então começou uma luta no Sindpol, movimentando-se durante aquela crise toda do governo Suruagy e eu também estava movimentando a nossa tropa pela associação dos oficiais. A gente tinha que unificar a luta e numa dessas reuniões na OAB, nasceu uma amizade e um compromisso de unificar o movimento. O quartel era mais rígido, tinha uma disciplina, a gente fazia mais assembleias internas e foi crescendo o movimento e a gente foi tendo um alinhamento muito bom com todo mundo do Sindpol, porque a luta era uma só, dos servidores do Estado" recorda o major da Reserva da Polícia Militar.

Naquele momento, discutia-se a necessidade de alinhar o discurso das polícias Civil e Militar. "Não tinha entendimento, não tinha relacionamento. Então a gente aproveitou o momento para reunir todos e depois a Polícia Federal também participou com o Venerando (ex-presidente do Sindicato dos Policiais Federais). A luta foi grande. Fui eleito deputado estadual, houve a necessidade de um representante que falasse, então tive apoio. Tinha só vinte anos de carreira, tinha acabado de ser promovido a major e fui para a reserva depois do cargo de deputado".

Na avaliação de Paulo Nunes, a história do Sindpol é de luta, de categoria organizada. "Alcançaram um nível muito bom de discussão e de interação com a sociedade. Naquela época era muito difícil, fui preso administrativamente três vezes por estar falando a favor da categoria, não podia nem divulgar uma decisão de uma assembleia, só quem podia falar era o governador. A gente não tinha direito de voz. Valeu a pena, fazia tudo de novo. O sindicato era combativo e continuou combativo. Cada dia mais a classe trabalhadora precisa estar unida, só tenho a parabenizar o Sindpol por sua história, que seguiu numa linha corajosa, destemida, combativa, enfrentando o poder, discutindo com a sociedade não só a questão de segurança pública, mas diversos assuntos que tinham a ver com a economia do estado, com o bem-estar, com a justiça social", afirma.

SINDPOL ENFRENTOU CRISES POLÍTICAS

O ex-governador de Alagoas e atual vice-prefeito de Maceió RONALDO LESSA enaltece que na adversidade - como em crises políticas - geralmente há o crescimento da organização das instituições sociais. "Naquele período isso ocorreu com os sindicatos e o Sindpol teve uma atuação importante. As formas de lutas associadas aos apelos que encontram eco e apoio no conjunto de segmentos importantes da sociedade se agigantam e transcendem ao meio sindical".

Já o deputado estadual GILVAN BARROS FILHO acrescenta que o Sindpol encara os desafios e busca melhorias para a categoria. "É peça importante na luta pelos direitos, melhorias e benefícios da Polícia Civil. Sempre pensando no bem comum da categoria".

O senador FERNANDO COLLOR DE MELLO atuou como chefe do Poder Executivo de Maceió, foi ex-deputado federal, ex-governador e estava na presidência da República na época do terceiro e último mandato do governo Suruagy (1975, 1983 e 1995), período que coincidiu com a criação do Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol), em 1990. "Em Alagoas, o Sindicato dos Policiais Cíveis possui longa trajetória de luta em defesa dos trabalhadores, sobretudo como representante legítimo dos interesses da polícia judiciária, que acumula extensa folha de serviços prestados à sociedade alagoana", declara Collor.

O deputado estadual RONALDO MEDEIROS lembra que foi autor de uma lei que possibilitou ao policial civil também atuar como professor. "Era considerado acúmulo de cargos e essa lei veio para legalizar. Eles ficavam com medo de exercer e até tinham vários processos abertos por causa disso. O sindicato só é forte quando a categoria está apoiando, digo isso porque fui da CUT e do Sindprev também. A luta dos sindicatos durante o Governo Suruagy serviu como um grito de alerta e um grito de independência", resume.

Já o senador RENAN CALHEIROS recorda que na Assembleia Nacional Constituinte, em 1987-1988, apoiou e votou nas propostas em defesa dos trabalhadores, da liberdade e autonomia sindical, que hoje estão na Constituição. "Os sindicatos têm um papel fundamental no equilíbrio da balança da democracia. Eles representam a parte mais fraca na economia, que é a do trabalhador, frente ao poder das empresas. Por isso os sindicatos têm que ser protegidos".